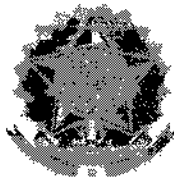


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande
do Sul - Crea-RS**

**Relatório Preliminar de Auditoria Institucional, Patrimonial, Financeira,
Orçamentária, de Gestão de Pessoas e de Controles Internos.**

Exercício de 2014



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA

RELATÓRIO PRELIMINAR DE AUDITORIA

| | |
|---------------------------|---|
| Relatório Nº: | 037/2016 |
| Unidade Auditada: | CREA-RS |
| Exercício: | 2014 |
| Processo: | 0385 /2016 |
| Tipo: | Ordinária |
| Escopo: | Auditoria Institucional, Patrimonial, Financeira, Orçamentária, Gestão de Pessoas e Controles Internos. |
| Unidade Executora: | Auditoria - AUDI |

Senhor Gerente de Auditoria,

Cumprindo o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAInt) do exercício 2015, foi realizada auditoria de natureza Institucional, Gestão, Controles Internos, Financeiro e Orçamentário de 2014, validando, subsequentemente, a parte institucional do exercício de 2015, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul-CREA-RS.

O Crea-RS é uma autarquia federal, dotada de imunidade fiscal, autônoma administrativa e financeira, criado e instalado pelo Confea por meio da Resolução nº 002, de 23 de abril de 1934, localizado na cidade de Porto Alegre-RS, à Rua São Luís, 77, com a finalidade de fiscalizar o exercício profissional e atividades de Engenharia e Agronomia e demais modalidades afins previstas na legislação, com sede e foro na cidade de Porto Alegre e jurisdição no Estado do Rio Grande do Sul.


Os exames foram efetuados por amostragem, na extensão e profundidade julgadas necessárias, considerando como elemento primordial o tempo disponível para realização dos trabalhos de auditoria.

Todas as não conformidades e observações foram previamente discutidas com a Administração do Regional e os seus comentários e os dados constantes dos papéis de trabalho foram levados em consideração para os registros, em cada uma das áreas auditadas.

Os comentários referem-se aos procedimentos internos em vigor, quando da execução de nossos trabalhos de auditoria, concluídos em 17 de junho de 2016.

Não serão consideradas eventuais modificações porventura ocorridas após essa data.

Brasília, 19 de dezembro de 2016.


Eduardo Dalla Costa Diderot
Coordenador de Equipe
Contador - CRC/DF 012.397/O-7
Analista - mat. 470



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA

PARTE I – INSTITUCIONAL

1. ASPECTOS REGIMENTAIS E LEGAIS

1.1. Regimento

O Regimento do Crea-RS, homologado pelo Confea, por meio da Decisão Plenária nº 1265, de 28 de outubro de 2005, publicado no Diário Oficial da União, em 03 de novembro de 2005, não sofreu alteração.

O Plenário do Crea – RS pela Decisão PL/RS-083/2013 referendou a Portaria Nº 133, de 26 de junho de 2013 recompondo o Grupo de Trabalho para Revisão do Regimento do Crea – RS e das Inspetorias.

O Grupo de trabalho concluiu suas atividades e apresentou a proposta de novo Regimento o Plenário do Crea, em maio de 2014. A nova proposta foi retirada do Plenário do Crea – RS em 29 de maio de 2014 e encaminhada às Câmaras Especializadas para análise e manifestação.

Não há registro de novo andamento, no que se refere à reformulação do Regimento do Crea, encontrando-se desatualizado.

Não Conformidade 01: Regimento desatualizado em função da criação do Conselho de Arquitetos e Urbanistas – CAU.

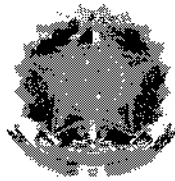
Comentários do Regional:

Comentários da Auditoria:

1.2. Atos normativos

Conforme informações contidas no papel de trabalho 6-B, o Crea-RS possuía 16 (dezesseis) atos normativos em vigor, conforme demonstrado a seguir:

| ATO Nº | ATOS EM VIGOR EMENTA | DECISÃO PLENÁRIA APROVAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO | |
|-----------|---|---|-------------------------|
| | | CREA | CONFEA |
| 002/84 | Estabelece critérios para o registro de responsabilidade técnica do laudo geológico para fins de viabilização do parcelamento do solo urbano. | 11/05/84 | CR-559/86, de 22/08/86 |
| 001/87 | Adota, para fins de fiscalização do exercício profissional, o Receituário Agrônomo, vinculado à ART, revogando o Ato nº 01/83. | 08/05/87 | PL-0584/98, de 27/03/98 |
| 001/90 | Adota, para fins de fiscalização do exercício profissional, o Receituário Florestal, vinculado à ART. | 12/10/90 | PL-0584/98, de 27/03/98 |

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA**

continuação

| | | | |
|---------|--|------------|-----------------------------|
| 003/90 | Estabelece as condições de participação dos intervenientes em serviços e obras de engenharia, arquitetura e agronomia, revogando o Ato nº 03/78. | 12/10/90 | PL-0584/98, de 27/03/98 |
| 003/91 | Dispõe sobre a fiscalização dos serviços técnicos de instalação, manutenção e inspeção de caldeiras e vasos sob pressão. | 19/07/91 | CR-018/93, de 03/03/93 |
| 003/93 | Dispõe sobre procedimentos para Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos serviços de aviação agrícola. | 17/12/93 | PL-0484/94, de 27/07/94 |
| 002/94 | Dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) na regularização de edificações iniciadas ou concluídas sem a participação efetiva de responsável técnico. | 13/05/94 | PL-0760/95, de 22/06/95 |
| 003/94 | Dispõe sobre o recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) relativa às atividades de pesquisa e lavra de substâncias minerais. | 13/05/94 | PL-0748/95, de 22/06/95 |
| 002/97 | Dispõe sobre a elaboração do <i>Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio</i> e o desempenho de atividades correlatas. | 08/08/97 | PL-1336/97, de 12/12/97 |
| 004/97 | Dispõe sobre habilitação para atender dispositivo 9.3.1.1 da NR-9, Portaria nº 3.817/88, do Ministério do Trabalho (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA). | 12/09/97 | PL-0583/98, de 27/03/98 |
| 005/97 | Dispõe sobre procedimentos relativos ao recolhimento de ART Múltipla Mensal (ART-MM). | 12/12/97 | PL-0383/99, de 30/04/99 |
| 001/99 | Dispõe sobre a fiscalização dos serviços técnicos de análise, avaliação e vistoria de edificações em contratos de longa duração. | 26/03/99 | PL-0899/99, de 13/08/1999 |
| 1/2000 | Institui o “Diploma do Mérito da Engenharia, Arquitetura e Agronomia e o Livro do Mérito do CREA/RS”. | 14/04/2000 | PL-752/2000, de 11/08/2000 |
| 3/2003 | Dispõe sobre a fiscalização da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART nas atividades de produção de mudas e sementes florestais. | 14/06/2002 | PL-0587/2003, de 29/08/2003 |
| 04/2005 | Dispõe sobre a fiscalização dos serviços técnicos de avaliação e vistoria de bens imóveis realizados pelas Prefeituras Municipais, para fins de cobrança do Imposto de Transmissão de Bens Inter Vivos (ITBI). | 11/10/2002 | PL-0068/2005, de 29/04/2005 |
| 5/2006 | Dispõe sobre a responsabilidade técnica em unidades armazenadoras. | 10/9/2004 | PL-0147/2006, de 28/04/2006 |

Os Atos estão sendo revisados pelas instâncias administrativas competentes (setor jurídico e câmaras especializadas) considerando o Relatório de Auditoria nº 25/2011 e não há registro de que tenham concluído o trabalho.

O Regional em resposta à recomendação contida no Relatório de Auditoria 27/2012, sobre o não cumprimento do disposto no artigo 7º da Resolução nº 1.024/2009 de instituir o Livro de Ordem de Obras e Serviços de Engenharia e Agronomia e editar o respectivo ato normativo, informou que *ratifica o entendimento anterior encaminhado ao Conselho Federal, cujo teor é: "A recomendação não procede. Com efeito, não há obrigatoriedade da adoção do livro de Ordem de obras e serviços de Engenharia, Agronomia, Geografia, Geologia, Meteorologia e demais profissões vinculadas ao Sistema Confea/Crea. Isto porque a instituição do procedimento fiscalizatório preconizado na Resolução 1.024, de 21 de agosto de 2009 é uma faculdade – não obrigatoriedade – concedida aos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia – Creas, com amparo na alínea "f" do art. 34 da referida Lei nº 5.194, de 1966, de organizar os procedimentos de fiscalização. Sua instituição compulsória, com imposição de sanção, reclama definição dos*

4



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA

seus elementos tipificadores em lei em sentido estrito, conforme princípio da estrita legalidade, o que não é alcançado pela promulgação de ato administrativo, no caso, a Resolução. Tem-se, por conseguinte, que a adoção do livro de Ordem de obras e serviços de Engenharia, Agronomia, Geografia, Geologia, Meteorologia e demais profissões vinculadas ao Sistema Confea/Crea situa-se como faculdade atribuída aos Regionais na organização dos procedimentos fiscalizatórios, não resultando obrigatoria sua adoção."

A Auditoria recomendou ao Crea-RS instituir o Livro de Ordem de Obras e Serviços de Engenharia e Agronomia, em cumprindo ao que prevê o artigo 12 da Resolução do Confea nº 1.024/2009. A justificativa apresentada pelo Regional não foi acatada.

Ressalta-se que, o Confea, por meio da **Decisão PL nº 1094/2026, do Confea firmou o seguinte entendimento:**

- 1) Para efeito de auditoria, não caberá penalizar os Regionais que não adotarem o Livro de Ordem de obras e serviços preconizados pela Resolução nº 1.024, de 21 de agosto de 2009.
- 2) Retornar a matéria à CEEP, para no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, elaborar proposta de alteração da Resolução 1.024, de 2009, devendo tramitar em rito sumário.

Frente ao exposto **não há como considerar como não conformidade** frente ao novo posicionamento do Confea.

1.3. Portarias

Analisadas as portarias editadas no exercício de 2014 registra-se que não foram detectadas não conformidades.

1.4. Instruções da Presidência

Analisadas as Instruções da Presidência editadas no exercício de 2014 registra-se que não foram detectadas não conformidades.

2 - FUNCIONAMENTO DAS INSTÂNCIAS

2.1 – Plenário

2.1.1 - Composição - Exercício de 2014

| | |
|---|------------|
| Número total de conselheiros | 89 |
| Representantes das entidades de classe de profissionais de nível superior | 22 |
| Representantes das instituições de ensino superior | 111 |

[Assinaturas manuscritas]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA

2.1.1.1. Demonstrativo das vagas entre categorias e modalidades/campo de atuação para o exercício de 2014:

| Grupo ou | Modalidade/ | Entidade de classe de | Representantes de |
|--------------|-----------------------|-----------------------|-------------------|
| Engenharia | Civil | 29 | 03 |
| | Elétrica | 12 | 01 |
| | Mecânica/Metalúrgica | 17 | 06 |
| | Química | 04 | 02 |
| | Geologia e Minas | 02 | 01 |
| | Agrimensura | 01 | - |
| | Segurança do Trabalho | 06 | - |
| Agronomia | Agronomia | 15 | 08 |
| | Florestal | 03 | 01 |
| Total | | 89 | 22 |

Fonte: Decisão PL nº 1716/2013

2.2 - Distribuição das vagas entre as entidades de classe e mandatos

O Regional deu cumprimento ao que foi aprovado, por meio da decisão mencionada, ao solicitar das entidades de classe e instituições de ensino que indicassem os seus representantes obedecendo aos quantitativos e as respectivas modalidades profissionais aprovadas para a renovação do terço.

O demonstrativo a seguir traduz a comparação da composição do Plenário do Crea-RS, no exercício de 2014, homologada pelo Plenário do Confea e a efetivada pelo Regional:

| Representações | Composição Homologada pelo Confea | Composição empossada pelo Crea | Diferença | Observações |
|---|-----------------------------------|--------------------------------|-----------|-------------|
| 1. ENTIDADES CLASSE | | | | |
| - Civil | 29 | 29 | - | - |
| - Elétrica | 12 | 12 | - | - |
| - Mecânica/Metalurgia | 17 | 17 | - | - |
| - Química | 04 | 04 | - | - |
| - Geologia e Minas | 02 | 02 | - | - |
| - Agrimensura | 01 | 01 | - | - |
| - Seg. do Trabalho | 06 | 06 | - | - |
| - Agronomia | 15 | 15 | - | - |
| - Florestal | 03 | 03 | - | - |
| TOTAL | 89 | 89 | - | - |
| 2 - INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR | | | | |
| - Civil | 03 | 03 | - | - |
| - Elétrica | 01 | 01 | - | - |
| - Mecânica/Metalurgia | 06 | 06 | - | - |
| - Química | 02 | 02 | - | - |
| - Geologia e Minas | 01 | 01 | - | - |
| - Agrimensura | - | - | - | - |
| - Seg. do Trabalho | - | - | - | - |
| - Agronomia | 08 | 08 | - | - |
| - Florestal | 01 | 01 | - | - |
| - TOTAL | 22 | 22 | - | - |
| - TOTAL GERAL | 111 | 111 | - | - |

K. S. ...

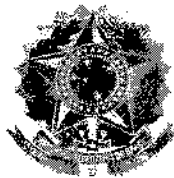
**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA**

O Plenário do Confea estabeleceu a distribuição das vagas entre as entidades de classe com direito a representação, tendo, também, definido o período de mandato, de cada representação, por câmaras especializadas, a seguir discriminadas.

As vagas aprovadas para compor as Câmaras Especializadas de Engenharia Civil; de Elétrica; de Mecânica/Metalúrgica; de Química; de Geologia e Minas; de Segurança do trabalho; e de Agronomia foram preenchidas obedecendo aos quantitativos e as respectivas modalidades profissionais, como a seguir demonstrado:

2.2.1 - Composição da Câmara Especializada de Engenharia Civil - exercício de 2014.

| Nº | Entidade de Classe | Título Profissional Modalidade/Campo Atuação a iniciar | Nome do Conselheiro | Período de Mandato | |
|----|---|--|--------------------------------|--------------------|------|
| | | | | Início | Fim |
| 1 | Soc. de Eng. do Rio Grande do Sul – SERGS | Eng. Civ/ Seg. | Emídio Marques Ferreira | 2012 | 2014 |
| 2 | Sind. dos Eng. no E.do R. do Sul – SENGE/RS | Eng. Civil | Sérgio Luiz Brum | 2012 | 2014 |
| 3 | Sind. dos Eng. E. do R.G. do Sul – SENGE/RS | Eng. Civ/ Seg. | Daniel Lena Souto | 2012 | 2014 |
| 4 | I. Per. e Eng. de Aval. do R.G. do Sul – IBAPE | Eng. Civil | Marcelo Suarez Saldanha | 2012 | 2014 |
| 5 | A. Eng. Arq., Agr. Quím. Geól. C. Sul – SEAAQ | Eng. Civil | Carlos Giovanni Fontana | 2012 | 2014 |
| 6 | Soc. de Eng. e Arq. de Santa Maria – SEASM | Eng. Civil | Antônio Alcindo M. Piekala | 2012 | 2014 |
| 7 | Ass. Missioneira dos Engenheiros Civis – AMEC | Eng. Civil | Marcus Vinicius do Prado | 2012 | 2014 |
| 8 | Ass. dos Eng. e Arq. do Vale dos Sinos – AEA | Eng. Civil | Carlos Germano Weinmann | 2012 | 2014 |
| 9 | Soc. Eng., Arq. e Agr. de Gualba, Barra do Ribeiro, Eldorado do Sul, Mariana Pimentel, Sertão Santana e Região Carbonífera – SEAG | Eng. Civil | André Horak | 2012 | 2014 |
| 10 | Instit. Gaúcho de Eng. Legal e de Aval. – IGEL | Eng. Civil | José Ubirajara Martins Flores | 2012 | 2014 |
| 11 | Ass. dos Geóg. Prof. do R.G. do Sul – AGP/RS | Geógrafo | Daniel Duarte das Neves | 2012 | 2014 |
| 12 | Ass. dos Arq. e Eng. de Montenegro – AEMO | Eng. Civil | João Luis de O. C. Machado | 2013 | 2015 |
| 13 | Ass. de Arq. e Eng. Civ. N. Hamburgo – ASAEC | Eng. Civ/ Seg. | Sheila Cristina Kohl Pieper | 2013 | 2015 |
| 14 | Soc. dos Eng. e Arq. de Santo Ângelo – SENASA | Eng. Civ/ Ind. I-Mec. | Alberto Stochero | 2013 | 2015 |
| 15 | Soc. dos Eng. e Arq. S. Cruz do Sul – SEASC | Eng. Civ/ Seg. | Astor José Grüner | 2013 | 2015 |
| 16 | Núcleo de Eng., Arq. e Agr. Cach. do Sul – NEA | Eng. Civil | Fernando Alberto Gehrke | 2013 | 2015 |
| 17 | Ass. Prof. Eng. e Arq. de Santa Rosa – APLASR | Eng. Civ/ Seg. | Cláudio Akila Otani | 2013 | 2015 |
| 18 | Ass. Eng., Arq. e Agr. da R. Vinhedos – AEARV | Eng. Civ. | Ricardo Giacomello Cobalchini | 2013 | 2015 |
| 19 | Soc. de Eng. e Arq. de Rio Grande – SLARG | Eng. Civ. | Suzel Magali Vanzellotti Leite | 2013 | 2015 |
| 20 | Soc. de Eng. do Rio Grande do Sul – SERGS | Eng. Civ/Seg. | Odilon Carpes Moraes | 2014 | 2016 |
| 21 | Soc. de Eng. do Rio Grande do Sul – SERGS | Eng. Civil | Johni Suarez Acosta | 2014 | 2016 |
| 22 | Ass. de Eng. e Arquitetos de Pelotas – AEAP | Eng. Civ/Seg. | Marcos Wetzel da Rosa | 2014 | 2016 |
| 23 | Sind. dos Eng. no E.do R. do Sul – SENGE/RS | Eng. Civil | Carlos André B. Mendes | 2014 | 2014 |
| 24 | Sind. dos Eng. no E.do R. do Sul – SENGE/RS | Eng. Civ/Seg. | Alice Helena Coelho Scholl | 2014 | 2016 |
| 25 | Sind. dos Eng. no E.do R. do Sul – SENGE/RS | Eng. Civil | Fernando Martins P.da Silva | 2014 | 2016 |
| 26 | Soc. dos Arq. e Eng. de Viamão – SAEV | Eng. Civil | Maria Isabel Brener da Rosa | 2014 | 2016 |
| 27 | Soc. de Eng. e Arq. de Alegrete – SEAA | Eng. Civil | Mário César Macedo Munró | 2014 | 2016 |
| 28 | Núcleo Eng., Arq. e Agr. de C. do Sul – NEAB | Eng. Civ/Seg. | Márcio Marun Gomes | 2014 | 2016 |
| 29 | Ass. dos Prof. Eng., Arq., Agr. e Geól. da Front. Sudoeste do RS – ASEASG | Eng. Civ/Seg. | Felipe Nascimento Abib | 2014 | 2016 |
| 30 | Ass. Santanense de Eng e Arq – ASEA | Eng. Civil | Johni Suarez Acosta | 2014 | 2016 |
| Nº | Instituição de Ensino Superior | Título Profissional Modalidade/Campo Atuação a iniciar | Nome do Conselheiro | Período de Mandato | |
| | | | | Início | Fim |
| 31 | Univ. do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS | Eng. Civil | Volnei Pereira da Silva | 2013 | 2014 |
| 32 | Univ. da Região da Campanha – URCAMP | Eng. Civil | Lia Maria Herzer Quintana | 2013 | 2014 |
| 33 | F. Universidade Federal do Rio Grande – FURG | Eng. Civil | Luiz Antônio B. da Cunda | 2013 | 2015 |

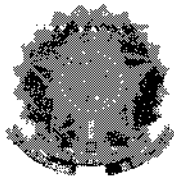
**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA****2.2.2 - Composição da Câmara Especializada de Engenharia Elétrica-exercício de 2014.**

| Nº | Entidade de Classe | Título Profissional Modalidade/Campo de Atuação a iniciar | Nome do Conselheiro | Período de Mandato | |
|----|---|--|-------------------------------|--------------------|------|
| | | | | Início | Fim |
| 1 | Soc. de Eng. do Rio Grande do Sul – SERGS | Eng. em Eletrônica | Jauro Chiari Comunale | 2012 | 2014 |
| 2 | Sind. dos Eng. no E.do R. do Sul – SENGE/RS | Eng. Eletricista | André Stefanello Somavilla | 2012 | 2014 |
| 3 | Sind. dos Eng. no F.do R. do Sul – SENGE/RS | Eng. Eletricista | Marcelo dos Santos Silva | 2012 | 2014 |
| 4 | Sind. dos Eng. no F.do R. do Sul – SENGE/RS | Eng. Eletricista | Luis Carlos Saciloto Tadiello | 2012 | 2014 |
| 5 | Soc. Eng. do R. G. do Sul – SERGS | Eng. Eletricista | Alexandre Weindorfer | 2013 | 2014 |
| 6 | Soc. Eng. do R. G. do Sul – SERGS | Eng. Eletricista | Antônio Carlos G. de Oliveira | 2013 | 2015 |
| 7 | Soc. Eng. do R. G. do Sul – SERGS | Eng. Eletr./Irab. | João Olávio Marques Neto | 2013 | 2015 |
| 8 | Sind. dos Eng. no E.do R. do Sul – SENGE/RS | Eng. Eletricista | Cezar Augusto A. Pedrazani | 2013 | 2015 |
| 9 | Sind. dos Eng. no F.do R. do Sul – SENGE/RS | Eng. Eletricista | Jorge Fernando R. dos Santos | 2013 | 2015 |
| 10 | Sind. dos Eng. no E.do R. do Sul – SENGE/RS | Eng. Eletricista | Alessandro Gomes Preissler | 2013 | 2015 |
| 11 | Soc. de Eng. e Arq. de Canoas – SEACA | Eng. Op./Mecânica | Sérgio Boniatti | 2014 | 2016 |
| 12 | Soc. Eng. e Arq. V.do Alto Taquari – SEAVAT | Eng. Eletricista | Jorge Welzel | 2014 | 2016 |
| Nº | Instituição de Ensino Superior | Título Profissional ou Modalidade/Campo de Atuação a iniciar | Nome do Conselheiro | Período de Mandato | |
| | | | | Início | Fim |
| 13 | Univ. Reg. do Noroest. E. R. G. do Sul – UNIJUÍ | Eng. Eletricista | Maurício de Campos | 2013 | 2015 |

2.2.3 - Composição da Câmara Especializada de Engenharia Mecânica e Metalúrgica - exercício de 2014.

| Nº | Entidade de Classe | Título Profissional ou Modalidade/Campo de Atuação a iniciar | Nome do Conselheiro | Período de Mandato | |
|----|---|--|--------------------------------|--------------------|------|
| | | | | Início | Fim |
| 1 | Ass. dos Engenheiros de Panambi – ASLPA | Eng. de Op. Mecânica | João Frolides de Quadros | 2012 | 2014 |
| 2 | Soc. de Eng. do Rio Grande do Sul – SERGS | Civil e Eng. Mec. | Eng. Italo Ricardo Brescianini | 2012 | 2014 |
| 3 | Ass. dos Eng., Arq. e Agr. de Marau – AEAM | Eng. Mecânico | Volmir Supptitz | 2012 | 2014 |
| 4 | Ass. dos Eng. Mec. do V. do Taquari – AEMVAT | Eng. Mec./ Seg. Trab. | Ricardo Teobaldo Antoniazzi | 2013 | 2015 |
| 5 | Ass. Brasil. de Eng. Mecânicos – ABFMEC/RS | Eng. Ind. Mecânica | Miguel Atualpa Núñez | 2013 | 2015 |
| 6 | Ass. Eng. Insp. de Cald. e Vasos sob Pressão e Correlatos do Estado do RS – AEIERGS | Eng. Mec./ Seg. Trab. | José Ângelo Moren dos Santos | 2013 | 2015 |
| 7 | Soc. de Engenharia do R.G. do Sul – SERGS | Eng. Civ. Elet. e Mec. | Eddo Hallenius de A. Bojunga | 2013 | 2015 |
| 8 | Soc. de Eng. do Rio Grande do Sul – SERGS | Eng. Mecânico | Júlio Surreux Chagas | 2013 | 2015 |
| 9 | Sind. dos Eng. no E.do R. do Sul – SENGE/RS | Eng. Oper. Mec/ Máq./Ferr/Seg. | Orlando Pedro Michelli | 2013 | 2015 |
| 10 | Sind. dos Eng. no E.do R. do Sul – SENGE/RS | Eng. Mecânico | Tadeu Ubirajara M. Rodriguez | 2013 | 2015 |
| 11 | Sind. dos Eng. no E.do R. do Sul – SENGE/RS | Eng. Ind. – Mecânica | Paulo Cesar Schommer | 2013 | 2015 |
| 12 | Sind. dos Eng. no E.do R. do Sul – SENGE/RS | Eng. Mecânico | Adriano A. de Oliveira | 2013 | 2015 |
| 13 | Sind. dos Eng. no E.do R. do Sul – SENGE/RS | Eng. Mecânico | Natal de Ávila Antonini | 2013 | 2015 |
| 14 | Sind. dos Eng. no E.do R. do Sul – SENGE/RS | Eng. Mecânico | Luiz Carlos T.da Silva | 2014 | 2016 |
| 15 | Ass. dos Eng. e Arq. de Passo Fundo – AEAPP | Mod. Mec. | S/Representante | 2014 | 2016 |
| 16 | Soc. de Eng. do Rio Grande do Sul – SERGS | Eng. Mecânico | Valmor Antônio Accorsi | 2014 | 2016 |
| 17 | Soc. de Eng. do Rio Grande do Sul – SERGS | Eng. Op Mecânico | Carlos Roberto S.da Silveira | 2014 | 2016 |
| 18 | Sind. dos Eng. no E.do R. do Sul – SENGE | Eng. Mecânico | Luiz Carlos Tubino da Silva | 2014 | 2016 |
| 19 | Ass. dos Eng. e Arq. de Passo Fundo – AEAPP | Mod. Mec. | S/Representante | 2014 | 2016 |
| 20 | Soc. de Eng. do Rio Grande do Sul – SERGS | Eng. Mecânico | Valmor Antônio Accorsi | 2014 | 2016 |
| 21 | Soc. de Eng. do Rio Grande do Sul – SERGS | Eng. Op Mecânico | Carlos Roberto S.da Silveira | 2014 | 2016 |
| Nº | Instituição de Ensino Superior | Título Profissional ou Modalidade/Campo de Atuação a iniciar | Nome do Conselheiro | Período de Mandato | |
| | | | | Início | Fim |
| 18 | Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISC | Eng. Mecânico | Flávio Thier | 2012 | 2014 |
| 19 | Faculdade Horizontina – FAHOR | Eng. Mecânico | Cesar Antônio Mantovani | 2012 | 2014 |
| 20 | Universidade Feevale – FEEVALE | Eng. Mec./ Seg | Ângela Beatrice D. Moura | 2013 | 2014 |
| 21 | Univer. Reg. Int. do A. Uruguai/Missões – URI | Mod. Mec./Met. | Flávio Kicckow | 2014 | 2016 |
| 22 | Universidade de Passo Fundo – UPF | Mod. Mec./Met. | Márcio Walber | 2014 | 2016 |
| 23 | Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT | Mod. Mec./Met. | S/Representante | 2014 | 2016 |

K. A. e pul.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA**

Segundo o § 1º do artigo 21 da Resolução nº 1019/06, do Confea, a câmara especializada deve indicar explicitamente em sua denominação as categorias, as modalidades ou os campos de atuação profissional que representa.

Não conformidade 02: Não cumprimento do § 1º do inciso IV do artigo 21 da Resolução nº 1019/06, ao denominar a Câmara de Engenharia Mecânica/Metalúrgica com a titulação de Engenharia Industrial em desconformidade com a legislação mencionada.

Comentários do Regional:

Comentários da Auditoria:

2.2.4 - Composição da Câmara Especializada de Engenharia Química - exercício de 2014.

| Nº | Entidade de Classe | Título Profissional ou Modalidade/Campo de Atuação a iniciar | Nome do Conselheiro | Período de Mandato | |
|----|--|--|---------------------------|--------------------|------|
| | | | | Início | Fim |
| 1 | Ass. Prof. Eng. Quím. E. do R.G. Sul – APEQ/RS | Eng. Químico | Nilson Romeu Marcílio | 2012 | 2014 |
| 2 | Ass. Prof. Eng. Quím. E. do R.G. Sul – APEQ/RS | Eng. Químico | Norberto Holz | 2013 | 2015 |
| 3 | Sind. dos Eng. no E.do R. G.do Sul – SENGE/RS | Eng. Químico | Gilberto Wageck Amato | 2014 | 2016 |
| 4 | Ass. Prof. Eng. Quím. do R.G. do Sul – APEQ/RS | Eng. Quím./Seg. Trab. | Cristina Varisco | 2014 | 2016 |
| Nº | Instituição de Ensino Superior | Título Profissional ou Modalidade/Campo de Atuação a iniciar | Nome do Conselheiro | Período de Mandato | |
| 5 | Universidade Federal de Santa Maria – UFSM | Eng. Químico | Ronaldo Hoffmann | 2012 | 2014 |
| 6 | Universidade Luterana do Brasil – ULBRA | Eng. Químico | Rubens Zolar da C. Gehlen | 2013 | 2015 |

2.2.5 - Composição da Câmara Especializada de Geologia e Minas - exercício de 2014.

| Nº | Entidade de Classe | Título Profissional ou Modalidade/Campo de Atuação a iniciar | Nome do Conselheiro | Período de Mandato | |
|----|---|--|-----------------------------|--------------------|------|
| | | | | Início | Fim |
| 1 | Ass. Prof. I Subbrasileira de Geólogos – APSG | Geólogo | Ivan Luis Zanette | 2013 | 2015 |
| 2 | Ass. Gaúcha de Engenheiros Minas – AGEM | Eng. de Minas | Régis Wellausen Dias | 2014 | 2016 |
| Nº | Instituição de Ensino Superior | Título Profissional ou Modalidade/Campo de Atuação a iniciar | Nome do Conselheiro | Período de Mandato | |
| 3 | Ins. de Geociên. Univ. F., do R. G. Sul – UFRGS | Geólogo | Jorge Luiz Barbosa da Silva | 2012 | 2014 |

2.2.6 - Composição da Câmara Especializada de Eng. de Segurança do Trabalho - exercício de 2014.

| Nº | Entidade de Classe | Título Profissional ou Modalidade/Campo de Atuação a iniciar | Nome do Conselheiro | Período de Mandato | |
|----|--|--|--------------------------|--------------------|------|
| | | | | Início | Fim |
| 1 | Ass. Sul Riogr. Eng. de Seg. Trabalho – ARES | Eng. de Op./Mec/ Seg. | Ilhéu Dutra de Almeida | 2013 | 2014 |
| 2 | Ass. Sul Riogr. Eng. de Seg. Trabalho – ARES | Eng. de Op./ Mec/ Seg. | Nelson Agostinho Burille | 2013 | 2015 |
| 3 | Ass. Sul Riogr. Eng. de Seg. Trabalho – ARES | Eng. Civ/Seg do Trab. | Carlos Wengrover Rosa | 2014 | 2014 |
| 4 | Ass. Sul Riogr. Eng. de Seg. Trabalho – ARES | Eng. Mec/Op. Mec. Seg. | Alfredo R. Somorovsky | 2014 | 2015 |
| 5 | Ass. Sul Riogr. Eng. de Seg. Trabalho – ARES | Eng. Civ. Seg. Trab. | Rogério Luiz Balbinot | 2014 | 2016 |
| 6 | Ass. Sul Riogr. Eng. de Seg. Trabalho – ARES | Eng. Mec/Op. Elct. Seg. | Atenante F. M. Normann | 2014 | 2016 |

[Assinatura manuscrita]

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA****2.2.7 - Composição da Câmara Especializada de Agronomia-exercício de 2014.**

| Nº | Entidade de Classe | Título Profissional/ Modalidade/Campo de Atuação a iniciar | Nome do Conselheiro | Período de Mandato | |
|----|---|--|--------------------------------|--------------------|------|
| | | | | Início | Fim |
| 1 | Ass. Eng. Agr. N. do E. do R.G.do Sul – AENORGS | Eng. Agrônomo | Luiz Pedro Trevisan | 2012 | 2014 |
| 2 | Ass. Eng. Agr. de Palmeira das Missões – AEAPAL | Eng. Agrônomo | Luiz Carlos Chiochetta | 2012 | 2014 |
| 3 | Ass. Reg. dos Profissionais de Agronomia – ARPA | Eng. Agrônomo | Lauro Remus | 2012 | 2014 |
| 4 | Ass. dos Eng. Agr. de Uruguaiana – ASSEAGRU | Eng. Agrônomo | José Humberto S. Gudolle | 2012 | 2014 |
| 5 | Ass. dos Eng. Agrônomo de Alegrete – AEAA | Eng. Agrônomo | Lulo José Pires Corrêa | 2012 | 2014 |
| 6 | Soc. dos Eng. Arq., Agr. e Geol. – SEAGROS | Eng. Agrônomo | Júlio Cesar de Barros Luizelli | 2013 | 2015 |
| 7 | Sociedade de Agronomia de Santa Maria – SASM | Eng. Agrônomo | Juarez Morbini Lopes | 2013 | 2015 |
| 8 | Ass. dos Eng. Agr. do Vale do R.Pardo – AEAVARP | Eng. Agrônomo | Arcângelo Mondardo | 2013 | 2015 |
| 9 | Ass. de Eng. Agrônomo de Passo Fundo – AEAPF | Eng. Agrônomo | Ivo Nunes | 2013 | 2015 |
| 10 | Soc. do Eng. do Rio Grande do Sul – SERGS | Eng. Agrônomo | Ivo Lessa Silveira Filho | 2013 | 2015 |
| 11 | Sind. dos Eng. no E. do R.G. do Sul – SENGE/RS | Eng. Agrônomo | Cezar Henrique Ferreira | 2013 | 2015 |
| 12 | Ass. de Eng., Arq. e Agr. do Litoral – ASENART | Eng. Agrônomo | Gustavo André Lange | 2013 | 2015 |
| 13 | Ass. dos Eng. Agrônomo de Pelotas – AEAPel | Eng. Agrônomo | Marta H. Ebert H. Oliveira | 2014 | 2016 |
| 14 | Ass. Bagense de Eng. Agrônomo – ABFA | Eng. Agrônomo | José Costa Fróes | 2014 | 2016 |
| 15 | Ass. Eng. Agr. da E. Sup. do Nordeste – AEANE | Eng. Agrônomo | Mauro Miguel dos S. Cime | 2014 | 2016 |
| Nº | Instituição de Ensino Superior | Título Profissional/ Modalidade/Campo de Atuação a iniciar | Nome do Conselheiro | Período de Mandato | |
| | | | | Início | Fim |
| 16 | Univ. Reg. do Noroeste do E. R.G. do Sul – UNIJUÍ | Eng. Agrônoma | Sandra Beatriz V.i Fernandes | 2012 | 2014 |
| 17 | Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISC | Eng. Agrônomo | Maurício Henrique Lenz | 2012 | 2014 |
| 18 | Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ | Eng. Agrônomo | José Luiz Tragnago | 2012 | 2014 |
| 19 | Universidade da Região da Campanha – URCAMP | Eng. Agrônomo | Edison Ademir C.Pimentel | 2012 | 2014 |
| 20 | Universidade Federal de Pelotas – UFPEL | Eng. Agrônomo | Paulo Rigatto | 2013 | 2014 |
| 21 | U. Reg. Integ. do A. Uruguai das Missões – URI | Eng. Agrônomo | Antônio Sérgio do Amaral | 2013 | 2015 |
| 22 | Univ. Luterana do Brasil – ULBRA | Eng. Agrícola | Carla Tatiana Chaves Cepik | 2014 | 2016 |
| 23 | Universidade de Passo Fundo – UPF | Eng. Agrônomo | Bernardo Luiz Palma | 2014 | 2016 |

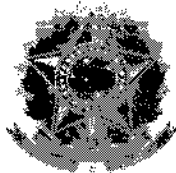
2.2.8 - Composição de Câmara Especializada de Engenharia Florestal - exercício de 2014.

| Nº | Entidade de Classe | Título Profissional/ Modalidade/Campo de Atuação a iniciar | Nome do Conselheiro | Período de Mandato | |
|----|---|--|-----------------------------|--------------------|------|
| | | | | Início | Fim |
| 1 | Soc. Santam. de Eng. Florestais – SOSEF | Eng. Florestal | Juliana Refatti Espadim | 2012 | 2014 |
| 2 | Soc. dos Eng. Flat. Autônomos do Est. do R.G. Sul – SEFARGS | Eng. Florestal | Jorge Silvano Silveira | 2012 | 2014 |
| 3 | Ass. Gaúcha de Eng. Florestais – AGEF | Eng. Florestal | Marco Aurélio P. de Castro | 2014 | 2016 |
| Nº | Instituição de Ensino Superior | Título Profissional/ Modalidade/Campo de Atuação a iniciar | Nome do Conselheiro | Período de Mandato | |
| | | | | Início | Fim |
| 4 | Univ. Federal de Santa Maria – UFSM | Eng. Florestal | Luiz Ernesto Grillo Elesbão | 2014 | 2016 |

23 - Posse dos representantes das entidades de classe e instituições de ensino

Os termos de posse encontram-se assinados pelo Presidente do Crea - RS e pelos membros eleitos para o exercício de 2014, atendendo, portanto, ao que estabelece o § 2º do art. 41 do Regimento do Regional.

Os artigos 32 e 33 da Resolução 1.019/2006 do Confea estabelecem as condições e documentos necessários para que seja efetivada a posse dos representantes das entidades de classe e das instituições de ensino.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA

O Crea-RS solicitou a documentação dos profissionais indicados pelas entidades de classe e instituições de ensino para tomarem posse como Conselheiros, em cumprimento à legislação mencionada, os quais foram acondicionados em pastas individuais

Os conselheiros que não cumpriram, em sua totalidade, a documentação necessária, prevista em legislação, não foram empossados.

Ressalta-se, no entanto, que existem documentos encaminhados pelas entidades, indicando os seus representantes em papel ofício, sem o logotipo da mesma.

Outro aspecto que deve ser considerado é a existência, nos prontuários dos conselheiros, documentos expedidos pelo Crea, com o símbolo da Minerva, quando deveriam utilizr-se do Brasão das Armas da República, conforme estabelece a PL 1714/1996, do Confea.

Não conformidade 03: Papéis oficiais encaminhados por entidades de classe, sem o logotipo da entidade.

Comentários do Regional:

Comentários da Auditoria:

Não conformidade 04: Documentos oficiais expedidos com o símbolo da Minerva quando deverim utilizr-se do Brasão das Armas da República, dando cumprimento ao que estabelecce a PL 1714/1996, do Confea.

Comentários do Regional:

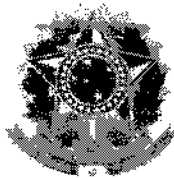
Comentários da Auditoria:

2.4 - Sucessividade de mandatos Exercício de 2014

Analisados os documentos enviados pelo Regional, bem como, os termos de posse dos profissionais que renovaram o terço do Regional- Exercício de 2014, no que diz respeito à sucessividade, verificou-se que foram atendidos os normativos vigentes; isto é: artigo 81 da Lei nº 5.194/1966, artigo nº 48 do Regimento do Crea-RS e Resolução 1039/2012.

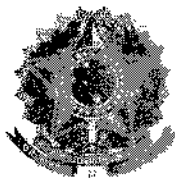
| Função | Título | Nome | Mandato | Represent. | I.F. | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
|--------|-----------|---------------------------|-----------|------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| T | Eng. Agr. | Luiz Pedro Trevisan | 2012-2014 | AENORGS | FC | S | S | S | T | T | T | T | T | T |
| S | Eng. Agr. | Jerson José Spohr | 2012-2014 | AENORGS | EC | / | / | / | S | S | S | S | S | S |
| T | Eng. Agr. | Luiz Carlos Chiochetta | 2012-2014 | AEAPAL | EC | / | / | / | T | T | T | / | / | / |
| S | Eng. Agr. | Diogenes Witeck | 2012-2014 | AEAPAL | EC | / | / | / | S | S | S | S | S | S |
| T | Eng. Agr. | Lauro Remus | 2012-2014 | ARPA | EC | / | / | / | T | T | T | T | T | T |
| S | Eng. Agr. | Eri Giacomelli dos Santos | 2012-2014 | ARPA | EC | / | / | / | S | S | S | / | / | / |
| T | Eng. Agr. | José Humberto S. Gudolle | 2012-2014 | ASSEAGRU | FC | S | S | S | T | T | T | S | S | S |
| S | S/Repres. | Sem Representante | 2012-2014 | ASSEAGRU | FC | - | - | - | - | - | - | - | - | - |

continuação

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA**

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---------------|----------------------------------|-----------|----------|-----|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| T | Eng. Agr. | Lulo José Pires Corrêa | 2012-2014 | AEAA | EC | T | T | T | T | T | T | | | | | | | | |
| S | S/ Repres. | Sem Representante | 2012-2014 | AEAA | EC | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | Eng. Agr. | Sandra Beatriz V. Fernandes | 2012-2014 | UNIJUI | IES | S | S | S | T | T | T | | | | | | | | |
| S | Eng. Agr. | Cleusa Adriane M. Bianchi | 2012-2014 | UNIJUI | IES | | | | S | S | S | T | T | | | | | | |
| T | Eng. Agr. | Maurício Henrique Lenz | 2012-2014 | UNISC | IES | S | S | S | T | T | T | T | T | | | | | | |
| S | Eng. Agr. | Dionei Minuzzi Delcivati | 2012-2014 | UNISC | IES | | | | S | S | S | | | | | | | | |
| T | Eng. Agr. | José Luiz Tragnago | 2012-2014 | UNICRUZ | IES | | | | T | T | T | T | T | T | | | | | |
| S | Eng. Agr. | Jana Koefender | 2012-2014 | UNICRUZ | IES | T | T | T | S | S | S | | | | | | | | |
| T | Eng. Agr. | Edison Ademir C. Pimentel | 2012-2014 | URCAMP | IES | S | S | S | T | T | T | | | | | | | | |
| S | Eng. Agr. | Eliana Antonia V.S. Collares | 2012-2014 | URCAMP | IES | | | | S | S | S | T | T | T | | | | | |
| T | Eng. Agr. | Paulo Rigatto | 2013-2014 | UPPEL | IES | | | | | | | T | T | S | S | S | | | |
| S | Eng. Agr. | Carlos Antônio da C.Tillmann | 2013-2014 | UPPEL | IES | | | | | | | S | S | T | T | T | | | |
| T | Eng. Agr. | Vulmar Silveira Leite | 2013-2015 | SEAGROS | EC | | | | | | | T | T | T | | | | | |
| S | Eng. Agr. | Ricardo Basílio Viero | 2013-2015 | SEAGROS | EC | | | | | | | S | S | S | | | | | |
| T | Eng. Agr. | Juarez Murbini Lopes | 2013-2015 | SASM | EC | | T | T | T | T | T | T | T | | | | | | |
| S | Eng. Agr. | Maria Alice Costa Corrêa Silva | 2013-2015 | SASM | EC | | S | S | S | S | S | S | S | | | | | | |
| T | Eng. Agr. | Arcângelo Mondardo | 2013-2015 | AEAVARP | EC | | T | T | T | T | T | T | T | | | | | | |
| S | Eng. Agr. | Denize Cristina Leite Frandoloso | 2013-2015 | AEAVARP | EC | | | | | | | S | S | S | | | | | |
| T | Eng. Agr. | Ivo Nunes | 2013-2015 | AEAPF | EC | | S | S | S | T | T | T | | | | | | | |
| S | Eng. Agr. | Elomar Porsche | 2013-2015 | AEAPF | EC | | | | | | | S | S | S | | | | | |
| T | Eng. Agr. | Ivo Lessa Silveira Filho | 2013-2015 | SERGS | EC | | | | | | | T | T | T | | | | | |
| S | Eng. Agr. | Nelson Jorge Esquivel Silveira | 2013-2015 | SERGS | EC | | | | | | | S | S | S | | | | | |
| T | Eng. Agr. | Cezar Henrique Ferreira | 2013-2015 | SENGE/RS | EC | | | | | | | T | T | T | | | | | |
| S | Eng. Agr. | Celso de Almeida Freitas | 2013-2015 | SENGE/RS | EC | | | | | | | S | S | S | | | | | |
| T | Eng. Agr. | Antônio Sérgio do Amaral | 2013-2015 | URI | IES | | | | T | T | T | T | T | | | | | | |
| S | Eng. Agr. | Paulo Sérgio Gomes da Rocha | 2013-2015 | URI | IES | | | | | | | S | S | S | | | | | |
| T | Eng. Agr. | Gustavo André Lange | 2013-2015 | ASENART | EC | | | | | | | T | T | T | | | | | |
| S | Eng. Agr. | Carlos Henrique Lange | 2013-2015 | ASENART | EC | | | | | | | S | S | S | | | | | |
| T | Eng. Agr. | Marta Helena Ebert H.liveira | 2014-2016 | ABLA | EC | | | | | | | T | T | T | | | | | |
| S | Eng. Agr. | Laudo Orestes Antunes D.Duca | 2014-2016 | ABEA | EC | | | | | | | S | S | S | | | | | |
| T | Eng. Agr. | José Costa Fróes | 2014-2016 | AEAPeI | EC | | | | T | T | T | T | T | T | | | | | |
| S | Eng. Agr. | Cheila Simone Thiel | 2014-2016 | AEAPeI | EC | | | | | | | S | S | S | | | | | |
| T | Eng. Agr. | Mauro Miguel dos Santos Cime | 2014-2016 | AEANE | EC | | | | T | T | T | T | T | T | | | | | |
| S | Eng. Agr. | Paulo Ricardo Facchin | 2014-2016 | AEANE | EC | | | | S | S | S | S | S | S | | | | | |
| T | Eng. Agr. | Carla Tatiana Chaves Cepik | 2014-2016 | ULBRA | IES | | | | T | T | T | T | T | T | | | | | |
| S | Eng. Agr. | Elisabete Gabrielli | 2014-2016 | ULBRA | IES | | | | S | S | S | S | S | S | | | | | |
| T | Eng. Agr. | Bernardo Luiz Palma | 2014-2016 | UPF | IES | | | | | | | T | T | T | | | | | |
| S | Eng. Agr. | Walter Boller | 2014-2016 | UPF | IES | | | | | | | S | S | S | | | | | |
| T | Eng. Civ/Seg. | Emídio Marques Ferreira | 2012-2014 | SERGS | EC | T | T | T | T | T | T | | | | | | | | |
| S | Eng. Civil | Gerson Sonaglio | 2012-2014 | SERGS | EC | S | S | S | S | S | S | | | | | | | | |
| T | Eng. Civil | Sérgio Luiz Brum | 2012-2014 | SENGE/RS | EC | | | | T | T | T | T | T | T | | | | | |
| S | Eng. Civil | Rodrigo Panizzi Possamai | 2012-2014 | SENGE/RS | EC | | | | S | S | S | S | S | S | | | | | |
| T | Eng. Civ/Seg. | Daniel Lena Souto | 2012-2014 | SENGE/RS | EC | S | S | | T | T | T | | | | | | | | |
| S | Eng. Civil | Cláudio Luiz Garcia D'Almeida | 2012-2014 | SENGE/RS | EC | | | | S | S | S | | | | | | | | |
| T | Eng. Civil | Marcelo Suarez Saldanha | 2012-2014 | IBAPE/RS | EC | | | | T | T | T | S | S | S | | | | | |
| S | Eng. Civil | Alcimar da Rocha Lopes | 2012-2014 | IBAPE/RS | EC | T | T | | S | S | S | | | | | | | | |
| T | Eng. Civil | Carlos Giovanni Fontana | 2012-2014 | SEAAQ | EC | T | T | T | T | T | T | | | | | | | | |
| S | Eng. Civil | Bruno Susin | 2012-2014 | SEAAQ | EC | | | | S | S | S | | | | | | | | |
| T | Eng. Civil | Antônio Alcindo M. Piekala | 2012-2014 | SEASM | EC | | | | T | T | T | S | S | S | | | | | |
| S | Eng. Civil | Roberto Antônio Alves Bolsson | 2012-2014 | SEASM | EC | | | | S | S | S | | | | | | | | |
| T | Eng. Civil | Marcus Vinícius do Prado | 2012-2014 | AMFC | EC | | | | T | T | T | T | T | T | | | | | |
| S | Eng. Civ/Seg. | Luiz Carlos Moreira Lautert | 2012-2014 | AMFC | EC | | | | S | S | S | | | | | | | | |
| T | Eng. Civil | Carlos Germano Weinmann | 2012-2014 | AFEA | EC | | | | T | T | T | S | | | | | | | |
| S | S/Repres. | Sem Representante | 2012-2014 | AEA | EC | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| T | Eng. Civil | André Horak | 2012-2014 | SEAG | EC | | | | T | T | T | T | T | T | | | | | |
| S | S/Repres. | Sem representante | 2012-2014 | SEAG | EC | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| T | Eng. Civil | José Ubirajara Martins Flores | 2012-2014 | IGEL | EC | T | T | T | T | T | T | | | | | | | | |
| S | Eng. Civil | Rafael Gribov Brinckmann | 2012-2014 | IGEL | EC | | | | S | S | S | T | T | T | | | | | |
| T | Geógrafo | Daniel Duarte das Neves | 2012-2014 | AGP/RS | EC | | | | T | T | T | | | | | | | | |
| S | Geógrafo | Rodrigo Wienskowski Araujo | 2012-2014 | AGP/RS | EC | | | | S | S | S | | | | | | | | |
| T | Eng. Civil | Volnei Pereira da Silva | 2013-2014 | UNISINOS | IES | T | T | T | | | | T | T | | | | | | |
| S | Eng. Civil | Cristiano Richter | 2013-2014 | UNISINOS | IES | S | S | S | | | | S | S | | | | | | |

[Handwritten signature]

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA**

continuação

| | | | | | | | | | | | | | |
|---|-------------------|----------------------------------|-----------|----------|-----|---|---|---|---|---|---|---|---|
| T | Eng. Civil | Lia Maria Herzer Quintana | 2013-2014 | URCAMP | IES | T | T | T | | T | T | | |
| S | Eng. Civil | Pasqual Fatturi Pires | 2013-2014 | URCAMP | IES | | | | | S | S | T | |
| T | Eng. Civil | Carlos André B. Mendes | 2014-2014 | SENGE/RS | EC | | | | | T | T | T | T |
| S | Eng. Civil | João Leal Vivian | 2014-2014 | SENGE/RS | EC | | | | | S | T | T | T |
| T | Eng. Civil | João Luis de Oliveira C. Machado | 2013-2015 | AEMO | EC | T | | | | T | T | T | |
| S | Eng. Civil | Tatiane Trindade Barbosa | 2013-2015 | AEMO | EC | | | | | S | S | S | |
| | Eng. Civ/ Seg. | Sheila Cristina Kehl Picper | 2013-2015 | ASAEC | FC | | | | | T | T | T | T |
| S | Eng. Civ/ Seg. | Antônio Silvério | 2013-2015 | ASAEC | FC | | | | | S | S | S | |
| T | Eng. Civ/Mec. | Alberto Stochero | 2013-2015 | SENASA | EC | T | | | T | T | T | T | |
| S | Eng. Civ/Seg. | Noel da Silva Santos | 2013-2015 | SENASA | EC | | | S | S | S | S | S | |
| T | Eng. Civ/Seg. | Astor José Grüner | 2013-2015 | SEASC | EC | S | S | S | S | T | T | T | |
| S | Eng. Civil | Rogério de Lima Spode | 2013-2015 | SEASC | LC | | | | | S | S | S | |
| T | Eng. Civil | Fernando Alberto Gehrke | 2013-2015 | NFA | FC | | | | | T | T | T | T |
| S | Eng. Civil | Mauro Henrique Camillo | 2013-2015 | NFA | EC | | | | | S | S | S | S |
| T | Eng. Civ/Seg. | Cláudio Akila Otani | 2013-2015 | APEASR | FC | | | | | T | T | T | |
| S | Eng. Civil | Rodrigo Luis Meinerz | 2013-2015 | APEASR | FC | | | | | S | S | S | |
| T | Eng. Civil | Ricardo Giacomello Cobalchini | 2013-2015 | AEARV | EC | | | | | T | T | T | T |
| S | Eng. Civil | Marcelo Rodrigo Ticiani | 2013-2015 | AEARV | EC | | | | | S | S | S | S |
| T | Eng. Civil | Suzel Magali Vauzellotti Leite | 2013-2015 | SEARG | FC | | | | | T | T | T | |
| S | Eng. Civil | Fernanda de Pinho O. Carvalho | 2013-2015 | SEARG | FC | | | | | S | S | S | |
| T | Eng. Civil | Luiz Antonio B. da Cunda | 2013-2015 | FURG | IES | S | S | S | S | T | T | T | |
| S | Eng. Civil | César Alberto Ruver | 2013-2015 | FURG | IES | | | | | S | S | S | |
| T | Eng. Civ Seg. | Marcos Wetzel da Rosa | 2014-2016 | AEAP | FC | S | S | T | T | T | T | T | T |
| S | Eng. Civ./Agric | Luiz Fernando G. Van D. Laan | 2014-2016 | AEAP | EC | | | | | S | S | S | |
| T | Eng. Civil | Johni Suarez Acosta | 2014-2016 | ASEA | FC | | | | | T | T | T | T |
| S | Eng. Civil | Adriana Menezes Furtado | 2014-2016 | ASEA | EC | | | | | S | S | S | S |
| T | Eng. Civ/Seg. | Felipe Nascimento Abib | 2014-2016 | ASEASG | EC | | | | | T | T | T | T |
| S | Eng. Civ/Seg. | Gabriel Cabeda Maciel | 2014-2016 | ASEASG | EC | | | | | S | S | S | S |
| T | Eng. Civ/Seg. | Márcio Marun Gomes | 2014-2016 | NEAB | EC | | | | | T | T | T | |
| S | Eng. Civil | Antônio Luiz Arla da Silva | 2014-2016 | NEAB | EC | | | | | T | T | S | S |
| T | Eng. Civil | Maria Izabel Brenner da Rosa | 2014-2016 | SAEV | EC | | | T | T | T | T | T | T |
| S | Eng. Civ/Seg. | Julio Cesar da Rosa M. Bianchi | 2014-2016 | SAEV | EC | | | S | S | S | S | S | S |
| T | Eng. Civil | Mario Cesar Macedo Munró | 2014-2016 | SEAA | FC | T | T | | | T | T | T | |
| S | Eng. Civil | Daisy Munhoz Goulart | 2014-2016 | SEAA | LC | | | | | S | S | S | |
| T | Eng. Civil | Fernando Martins P. da Silva | 2014-2016 | SENGE/RS | FC | | T | T | T | T | T | T | |
| S | Eng. Civil | Roberto Militão Ortiz Pereira | 2014-2016 | SENGE/RS | EC | | | | | S | S | S | S |
| T | Eng. Civ/Seg. | Alice Helena Coelho Scholl | 2014-2016 | SENGE/RS | LC | | | S | S | T | T | T | T |
| S | Eng. Civ/Seg. | Maércio de Almeida Flores Cruz | 2014-2016 | SENGE/RS | EC | | | | | S | S | S | |
| T | Eng. Civ/eg. | Odiilon Carpes Moraes | 2014-2016 | SERGS | FC | | | S | S | S | T | T | T |
| S | Eng. Civil | Marcus Vinicius L. de Santana | 2014-2016 | SERGS | FC | | | | | S | S | S | |
| T | Eng. Civil | Hilário Pires | 2014-2016 | SERGS | EC | | | T | T | T | T | T | T |
| S | Eng. Civil | Paulo Teixeira Viana | 2014-2016 | SERGS | LC | | | | | S | T | T | T |
| T | Eng. Eletrô. | Jairo Chiari Comunale | 2012-2014 | SERGS | EC | | | | | T | T | T | |
| S | Eng. Elétrica. | Ricardo Barrios Vigil | 2012-2014 | SERGS | EC | | | | | S | S | S | S |
| T | Eng. Elétrica. | Alexandre Weindorfer | 2013-2014 | SERGS | FC | | | | | T | T | | |
| S | Eng. Elétrica. | Fernando Luiz P. Finkler | 2013-2014 | SERGS | EC | | | | | S | S | T | T |
| T | Eng. Elétrica. | André Stefanello Somavilla | 2012-2014 | SENGE/RS | LC | | | | | T | T | T | |
| S | Eng. Elétrica. | Eduardo Beck Difante | 2012-2014 | SENGE/RS | EC | | | | | S | S | S | S |
| T | Eng. Elétrica. | Marcelo dos Santos Silva | 2012-2014 | SENGE/RS | LC | | | | | T | T | T | T |
| S | Eng. Elétrica. | Márcio de Aguiar Gomes | 2012-2014 | SENGE/RS | EC | | | | | S | S | S | S |
| T | Eng. Elétrica. | Luís Carlos S. Tadiello | 2012-2014 | SENGE/RS | FC | | | | | T | T | T | T |
| S | Eng. Elétrica. | Marcus Finto de Brum | 2012-2014 | SENGE/RS | EC | | | | | S | S | S | |
| T | Eng. Elétrica. | Fabrizio Seyboth Malmann | 2013-2015 | SERGS | EC | | | | | T | T | | |
| S | Eng. Elétrica. | Ronaldo Wüster Madruga | 2013-2015 | SERGS | EC | | | | | S | T | T | T |
| T | Eng. Elétrica/Seg | João Otávio Marques Neto | 2013-2015 | SERGS | EC | | | | | T | T | T | |
| S | Eng. Elétrica. | Luiz Carlos da Silva Madruga | 2013-2015 | SERGS | EC | | | | | S | S | S | |
| T | Eng. Elétrica. | Cezar Augusto A. Pedrazani | 2013-2015 | SENGE/RS | EC | | S | S | S | T | T | T | |
| S | Eng. Elétrica. | Piero Maier Ereno | 2013-2015 | SENGE/RS | EC | | | | | S | S | S | |
| T | Eng. Elétrica. | Jorge Fernando R. dos Santos | 2013-2015 | SENGE/RS | EC | | T | T | T | T | T | T | |
| S | Eng. Elétrica. | Aldo Juliano Z. Maraschin | 2013-2015 | SENGE/RS | EC | | S | S | S | S | S | S | |
| T | Eng. Elétrica. | Alessandro Gomes Preissler | 2013-2015 | SENGE/RS | EC | | | | | T | T | T | |
| S | Eng. Elétrica. | Rodrigo Sanchotene Thoma | 2013-2015 | SENGE/RS | EC | | | | | S | S | S | |
| T | Eng. Elétrica. | Maurício de Campos | 2013-2015 | UNIJUI | IES | | T | T | T | T | T | T | |
| S | Eng. Elétrica. | Moises Machado Santos | 2013-2015 | UNIJUI | IES | | S | S | S | S | S | S | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA

continuação

| | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|--------------------|------------------------------|-----------|----------|-----|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| T | Eng Op/Eletr. | Sérgio Boniatti | 2014-2016 | SEACA | EC | | | | T | T | T | T | T | T | | |
| S | Eng. Eletric. | Ricardo Inda Arino | 2014-2016 | SEACA | EC | | | | | | | | S | S | S | |
| T | Eng. Eletric. | Jorge Welzel | 2014-2016 | SEAVAT | EC | | | | S | S | S | T | T | T | | |
| S | Eng. Eletric. | Rainer Büncker | 2014-2016 | SEAVAT | EC | | | | | | | | S | S | S | |
| T | Eng. Florestal | Jorge Silvano Silveira | 2012-2014 | SEFARGS | EC | T | T | T | T | T | T | | | | | |
| S | Eng. Florestal | Glênio de Jesus Teixeira | 2012-2014 | SEFARGS | EC | | | | | | | | S | S | S | |
| T | Eng. Florestal | Juliana Relatti Espadim | 2012-2014 | SOSEF | EC | | | | | T | T | T | | | | |
| S | Eng. Florestal | Ivone da Silva Rodrigues | 2012-2014 | SOSEF | EC | | | | | S | S | S | T | T | T | |
| T | Eng. Florestal | Marco Aurélio P.de Castro | 2014-2016 | AGEF | EC | | | | S | S | S | T | T | T | | |
| S | Eng. Florestal | Guilherme Reisdorfer | 2014-2016 | AGEF | EC | | | | | | | | S | S | S | |
| T | Eng. Florestal | Luiz Ernesto Grillo Elcsbão | 2014-2016 | UFMS | IES | S | S | T | T | T | T | T | T | T | | |
| S | Eng. Florestal | Catize Brandelero | 2014-2016 | UFMS | IES | | | | | | | | S | S | S | |
| T | Eng. Op. Mec. | João Erotides de Quadros | 2012-2014 | ASEPA | EC | | | | | T | T | T | T | T | T | |
| S | S/ represent. | Sem representante | 2012-2014 | ASEPA | EC | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| T | Eng. Civ/Mec. | Ítalo Ricardo Brescianini | 2012-2014 | SERGS | EC | | | | | T | T | T | T | T | T | |
| S | Eng. Mec. | Adriano Borges Gularte | 2012-2014 | SERGS | EC | | | | | S | S | S | S | S | S | |
| T | Eng. Mec. | Flávio Thier | 2012-2014 | UNISC | IES | T | T | T | T | T | T | T | | | | |
| S | Eng. Mec. | Jonas Alvaro Kaecher | 2012-2014 | UNISC | IES | | | | | S | S | S | T | T | T | |
| T | Eng. Mecâ. | Anderson Dal Molin | 2012-2014 | FAHOR | IES | | | | | S | T | T | T | T | T | |
| S | S/Represent. | Sem Representante | 2012-2014 | FAHOR | IES | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| T | Eng. Mec. | Vohnir Suppütz | 2012-2014 | AEAM | EC | | | | | T | T | T | T | T | T | |
| S | Eng. Mec. | Roberto Nocesí Gobbi | 2012-2014 | AEAM | EC | | | | | S | S | S | S | S | S | |
| T | Eng. Mec. | Ângela Beatrice Dewes Moura | 2013-2014 | FEEVALE | IES | | | | T | | T | T | | | | |
| S | Eng. Mec. | Cláudia Trindade Oliveira | 2013-2014 | FEEVALE | IES | | | | I | | T | T | | | | |
| T | Eng. Mec. | Ricardo Teobaldo Antoniazzi | 2013-2015 | AEMVAT | EC | | | | | T | T | T | T | I | | |
| S | Eng. Mec. | Vanius José Saraiva | 2013-2015 | AEMVAT | EC | | | | | S | S | S | S | S | | |
| T | Eng. Ind. Mec. | Miguel Atualpa Núñez | 2013-2015 | ABEMEC | EC | T | | | | | | T | T | T | | |
| S | S/represen. | Sem representante | 2013-2015 | ABEMEC | EC | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | Eng. cc/Seg. | José Angelo M.dos Santos | 2013-2015 | AEIERGS | EC | | | | T | I | T | T | T | T | | |
| S | Eng. Op. Mec. | Dirceu Pinto da Silva Filho | 2013-2015 | AEIERGS | EC | | | | S | S | S | S | S | S | | |
| T | Eng. Civ/Eletr/Mec | Eddo H. de A. Bojunga | 2013-2015 | SERGS | EC | | | | T | T | T | T | T | T | | |
| S | Eng. Mec. | Roberto dos S. Ilhescas | 2013-2015 | SERGS | EC | | | | S | S | S | S | S | S | | |
| T | Eng. Mec. | Júlio Surreuax Chagas | 2013-2015 | SERGS | EC | | | | S | S | S | T | T | T | | |
| S | Eng. Mec. | Carlos Alberto Correa | 2013-2015 | SERGS | EC | | | | | | | | S | S | S | |
| T | Eng./Seg. | Orlando Pedro Michelli | 2013-2015 | SENGE/RS | EC | S | T | T | T | T | T | T | | | | |
| S | S/ represent. | Sem Representante | 2013-2015 | SENGE/RS | EC | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| T | Eng. Mec. | Tadeu U. M. Rodriguez | 2013-2015 | SENGE/RS | EC | | | | | | | T | T | T | | |
| S | Eng. Mec. | Luiz Antônio Ralkiewicz | 2013-2015 | SENGE/RS | EC | | | | | | | S | S | S | | |
| | Eng. Mec. | Paulo Cesar Schommer | 2013-2015 | SENGE/RS | EC | | | | | | | T | T | T | | |
| S | Eng. Mec. | Leopoldo Mata Schuch | 2013-2015 | SENGE/RS | EC | | | | | | | S | S | S | | |
| T | Eng. Mec. | Adriano A. de Oliveira | 2013-2015 | SENGE/RS | EC | | | | | | | T | T | T | | |
| S | S/ represen. | Sem Representante | 2013-2015 | SENGE/RS | EC | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| T | Eng. Mec. | Natal de Ávila Antonini | 2013-2015 | SENGE/RS | EC | | | | | | | T | T | T | | |
| S | Eng. Mec. | Carlos Roberto Xavier | 2013-2015 | SENGE/RS | EC | | | | | | | S | S | S | | |
| T | S/ represen. | Sem representante | 2014-2016 | AEAPF | EC | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| S | S/ represen. | Sem representante | 2014-2016 | AEAPF | EC | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| T | Eng. Mec. | Luiz Carlos Tubino da Silva | 2014-2016 | SENGE/RS | EC | | | | | | | | T | T | T | |
| S | Eng. Mec. | Alaor Noronha Menezes | 2014-2016 | SENGE/RS | EC | | | | | | | | S | S | S | |
| T | Eng. Mec. | Valmor Antônio Accorsi | 2014-2016 | SERGS | EC | | | | S | S | | | T | T | T | |
| S | Eng. Mec. | Marco Aurélio dos S. C.Jr | 2014-2016 | SERGS | EC | | | | | | | | S | S | S | |
| T | Eng. Op.Mec. | Carlos Roberto S.da Silveira | 2014-2016 | SERGS | EC | | | | | T | T | T | T | T | T | |
| S | Eng. Mec. | Antônio Augusto de A. Eick | 2014-2016 | SERGS | EC | S | S | S | S | S | S | S | S | S | S | |
| | Eng. Mec. | Márcio Walber | 2014-2016 | UPF | IES | | | | S | S | S | T | T | T | | |
| S | Eng. Mec/Civil | Adriano dos Santos Barella | 2014-2016 | UPF | IES | T | T | T | T | T | S | S | S | S | | |
| T | Eng. Mec. | Cristiano Vitorino da Silva | 2014-2016 | URI | IES | | | | | | | | T | T | T | |
| S | S/ represen. | S/ representante | 2014-2016 | URI | IES | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| T | S/ represen. | S/ representante | 2014-2016 | FACCAT | IES | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| S | S/ represen. | S/ representante | 2014-2016 | FACCAT | IES | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| T | Eng. Químico | Ronaldo Hoffmann | 2012-2014 | UFMS | IES | T | T | T | T | T | T | | | | | |
| S | Eng. Química | Damaris Kirsch Pinheiro | 2012-2014 | UFMS | IES | S | S | S | S | S | S | S | T | T | T | |
| T | Eng. Químico | Nilson Romeu Marcílio | 2012-2014 | APEQ | EC | T | T | T | T | T | T | | | | | |
| S | Eng. Químico | Manuel F. da S. Salvaterra | 2012-2014 | APEQ | EC | | | | | | | S | S | S | | |

Handwritten signature



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA

continuação

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---|--------------------|-----------------------------|-----------|----------|-----|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| T | Eng. Químico | Norberto Holz | 2013-2015 | APEQ | EC | / | T | T | T | T | T | T | / | / |
| S | Eng. Químico | Gilson Luis Machado | 2013-2015 | APEQ | EC | / | S | S | S | S | S | S | / | / |
| T | Eng. Químico | Rubens Zolar da C. Gehlen | 2013-2015 | ULBRA | IES | / | S | S | S | S | T | T | T | / |
| S | Eng. de Plást. | Luis Sidnei B. Machado | 2013-2015 | ULBRA | IES | / | / | / | / | / | S | S | S | / |
| T | Eng. Químico | Gilberto Wageck Amato | 2014-2016 | SENGE/RS | EC | / | / | / | / | / | T | T | T | / |
| S | Eng. Quím/Seg. | Eduardo Barbosa Carvalho | 2014-2016 | SENGE/RS | EC | / | / | / | / | / | S | S | S | / |
| T | Eng. Quím/Seg. | Cristina Varisco | 2014-2016 | APEQ | EC | / | / | / | / | / | T | T | T | T |
| S | Eng. Químico | Alexandre Wasem | 2014-2016 | APEQ | EC | / | / | / | / | / | S | S | S | S |
| T | Eng. Op.Mec/Seg. | Helécio D. de Almeida | 2013-2014 | ARES | EC | / | / | / | / | / | T | T | T | T |
| S | Eng. Op.Mec/Seg. | César Terra Burmann | 2013-2014 | ARES | EC | / | / | / | / | / | S | S | S | S |
| T | Eng. Civ.Seg. | Carlos Wengrover Rosa | 2014-2014 | ARUS | FC | / | / | / | / | / | T | T | S | S |
| S | Eng.Amb/Seg. | Cássia Fagundes de Moraes | 2014-2014 | ARES | EC | / | / | / | / | / | S | S | / | / |
| T | Eng.Op.Mec/Seg. | Nelson Agostinho Butille | 2013-2015 | ARES | EC | / | / | / | / | / | T | T | T | / |
| S | Eng.Eletr/Seg. | Paulo Velho de Azevedo | 2013-2015 | ARFS | EC | / | / | / | / | / | S | S | S | / |
| T | Eng.Mec/Seg. | Alfredo Reinick Somorovsky | 2014-2015 | ARES | FC | / | / | / | / | / | T | T | T | / |
| S | Eng. Civ/Seg. | Eduardo E. C.Rodrigues | 2014-2015 | ARES | EC | / | / | / | / | / | S | S | S | / |
| T | Eng. Civ./Seg. | Rogério Luiz Balbinot | 2014-2016 | ARES | EC | / | / | / | / | / | T | T | T | / |
| S | Eng. Mec/Seg. | Joél Nardi Chiele | 2014-2016 | ARES | EC | / | / | / | / | / | S | S | S | / |
| T | Eng.Op.Eletr/Seg. | Atenante F. M. Normann | 2014-2016 | ARES | EC | / | / | / | / | / | T | T | T | / |
| S | Eng. Civ/ Seg. | Eridson Justino da Rosa | 2014-2016 | ARES | EC | / | / | / | / | / | S | S | S | / |
| T | Geólogo | Jorge Luiz Barbosa da Silva | 2012-2014 | UFRGS | IES | / | / | / | / | / | T | T | T | / |
| S | Geól/ Tec. Hidrol. | Robson dos S. Aquino | 2012-2014 | UFRGS | IES | / | / | / | / | / | S | S | S | S |
| T | Geólogo | Ivan Luis Zanette | 2013-2015 | APSG | EC | / | / | / | / | / | T | T | T | / |
| S | Geólogo | André Almeida Bastos | 2013-2015 | APSG | EC | / | / | / | / | / | S | S | S | / |
| T | Eng. de Minas | Régis Wellausen Dias | 2014-2016 | AGEM | EC | / | / | / | / | / | T | T | T | T |
| S | Eng. Minas | Victor Souza Urach | 2014-2016 | AGEM | EC | / | / | / | / | / | S | S | S | / |

Obs: Legenda: T = Titular / S= Suplente / Profissionais que findaram mandato em 31/12/2014 e iniciaram novo mandato em 2015.

2.5 - Revisão de registro de entidades de classe e instituições de ensino

A Comissão de Renovação do Terço de 2013 do Crea-RS revisou os registros das instituições de ensino superior e das entidades de classe que indicaram representantes para renovação do terço do Plenário para o exercício de 2014.

2.5.1 - Entidades de classe

As entidades de classe encaminharam a documentação exigida pela Resolução do Confea nº 1.018/2006, artigo 15, onde se constata a checagem da documentação necessária para a revisão do registro, o parecer jurídico analisando os documentos apresentados e o relatório da Comissão de Renovação do Terço em reunião do dia 9 de maio de 2013. Os processos analisados estão tabulados no quadro a seguir:

| Entidades de classe | Resolução nº 1.018/2006, Art. 15, incisos: | | | Nº da decisão homologação pelo Confea |
|--|--|----|-----|---------------------------------------|
| | I | II | III | |
| Associação Gaúcha de Engenheiros de Minas - AGEM | X | X | X | CR-817/82 |
| Associação Gaúcha de Engenheiros Florestais - AGEF | X | X | X | PL 0342/80 |
| Assoc. dos Engenheiros e Arq. do Vale do Alto Taquari- SEAVAT | X | X | X | PL 0525/97 |
| Núcleo dos Engenheiros e Arquitetos de Bagé - NEAB | X | X | X | PL 0329/03 |
| Associação Santanense de Engenheiros e Arq. - ASEA | X | X | X | PL 0079/03 |
| Associação de Engenharia e Arq. de Canoas - SEACA | X | X | X | CR 0056/92 |
| Associação de Engenheiros e Arq. de Pelotas - AEAP | X | X | X | CR 0423/79 |
| Associação de Engenheiros Agrônomos de Palmeiras das Missões - | X | X | X | PL 0807/2010 |

[Assinatura] 15



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA

| | | | | |
|---|---|---|---|--------------|
| Associação Bagense de Engenheiros Agrônomos - ABEA | X | X | X | PL 0463/79 |
| Assoc. Eng. Agrônomos da Encosta Sup. do Nordeste - AEANE | X | X | X | PL 0903/2000 |
| Assoc. de Eng. e Arq. de Passo Fundo - AEAPF | X | X | X | CR 0118/1988 |
| Sociedade de Eng. e Arq. de Alegrete - SFAA | X | X | X | PL 0859/2004 |
| Assoc. Prof. Eng. Arq. Agr. Geól. da Fronteira Sud. do RS | X | X | X | PL 0079/2001 |
| Sociedade dos Arq. e Eng. de Viamão - SAEV | X | X | X | PL 0656/2001 |
| Sindicato dos Engenheiros do Estado do RS | X | X | X | PL 1723/2004 |

Fonte: Processos das Entidades de Classe.

LEGENDA

X – Atendida à legislação.

Descrição dos requisitos:

I – alterações estatutárias, registradas em cartório e atualizadas no Crea;

II – comprovantes do efetivo funcionamento e da prática de atividades de acordo com os objetivos definidos em seu estatuto, referentes às profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea, de forma contínua, durante o período compreendido entre a homologação ou a última revisão de seu registro e a nova revisão requerida pelo Crea; e

III – relação de sócios efetivos, domiciliados na circunscrição, especificando nome, título profissional e número de registro no Crea de no mínimo trinta ou sessenta profissionais, adimplentes com suas anuidades junto ao Crea, para a entidade uniprofissional ou multiprofissional, respectivamente.

2.5.2. Instituições de ensino

As instituições de ensino encaminharam a documentação exigida pela Resolução do Confea nº 1.018/2006, artigo 14, que foi analisada pela advogada do Crea e pela Comissão de Renovação do Terço de 2013, conforme demonstrado no quadro a seguir:

*Requisitos suspensos por meio da Decisão PL 713/2011.

| Instituições de Ensino Superior | Resolução nº 1.018/2006, Artigo 14, Incisos: | | | | | Decisão de homologação do registro/Confea |
|---|---|----|-----|----|----|---|
| | I | II | III | IV | V* | |
| Univ. Federal de Santa Maria | X | X | X | X | X | PL 1727/2004 |
| Universidade de Passo Fundo - UPF | X | X | X | X | X | PL 0597/1997 |
| Univ. Luterana do Brasil - ULBRA | X | X | X | X | X | CR 1016/92 |
| Univ. Reg. Int. do Alto Uruguai e das Missões | X | X | X | X | X | PL 1418/06 |

Fonte: Processos de revisão de registro da IES.

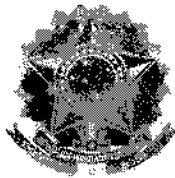
Descrição dos requisitos:

I – regimento ou estatuto, aprovado pelo órgão competente do sistema de ensino, quando houver alteração de sua denominação ou organização acadêmica;

II – ato de credenciamento da instituição de ensino superior expedido pelo órgão oficial competente, quando for o caso;

III – ato de criação, de autorização, de reconhecimento ou de renovação de reconhecimento de cada curso ministrado nas áreas de formação profissional abrangidas pelo Sistema Confea/Crea, expedido pelo órgão competente do sistema de ensino e publicado na Imprensa Oficial, dos novos cursos ministrados pela instituição e não cadastrados no Crea;

IV – ato de reconhecimento ou de renovação de reconhecimento, expedido pelo órgão competente do sistema de ensino e publicado na Imprensa Oficial, dos cursos já cadastrados no Crea; e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA

V – relação de todos profissionais docentes, adimplentes com suas anuidades junto ao Crea, que ministrem disciplinas profissionalizantes de áreas de formação abrangidas pelo Sistema Confea/Crea, acompanhada de cópia das respectivas anotações de responsabilidade técnica de cargo ou função da atividade de docência. Parágrafo único. No caso em que seja verificada alteração na denominação da instituição de ensino superior, na sua organização acadêmica ou em seu vínculo com a entidade mantenedora, o processo de revisão de registro deverá ser apreciado pelo plenário do Crea e, após sua aprovação, ser encaminhado ao Confea para homologação.

2.6 - Atas emitidas

Conforme estabelecido no artigo 109 do Regimento, os assuntos apreciados pelo Plenário foram registrados em atas circunstanciadas que, após lida e aprovada, foram assinadas pelo Presidente e pelo 1º Diretor Administrativo.

2.7 - Atividades

No exercício de 2014, o Plenário do Crea-RS reuniu-se ordinariamente em 12 (doze) oportunidades e em 01 (uma) extraordinariamente, tendo sido relatados e discutidos 490 (quatrocentos e noventa) processos de pessoas físicas, 100 (cem) de pessoas jurídicas e 666 (seiscentos quinze) processos de recursos de diversas áreas de sua atribuição. Total de processos transitados em julgados: 1.256. Pendentes de decisões – não informado.

2.7.1 - Decisões

Conforme estabelecido no artigo 109 do Regimento, os assuntos apreciados pelo Plenário foram registrados em atas circunstanciadas que, após lida e aprovada, foram assinadas pelo Presidente e pelo 1º Diretor Administrativo.

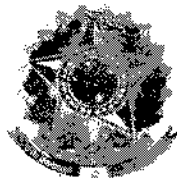
2.7.2 - Atas do Plenário

Os assuntos apreciados pelo Plenário foram registrados em atas circunstanciadas que, após, lidas e aprovadas, foram assinadas pelo Presidente pelo 1º Secretário, conforme estabelecido no art. 22 do Regimento.

2.7.3 - Presença às Reuniões Plenárias e Câmaras Especializadas

O Regional controla as ausências dos conselheiros às reuniões do Plenário e das Câmaras Especializadas, para fins de perda automática do mandato, para aqueles que atingirem 06 (seis) faltas não justificadas, previstas regimentalmente, nos últimos doze meses do mandato em curso.

O artigo 46 e seus parágrafos 1º e 2º da Resolução do Confea nº 1003/2002 e o Regimento do Crea-RS, assim dispõem:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA

“Art. 46 - O conselheiro regional que durante um ano faltar, sem licença prévia, a seis sessões consecutivas ou não, perde automaticamente o mandato, passando este a ser exercido por seu suplente em caráter definitivo”.

§ 1º Para efeito do disposto no caput deste artigo, o período de um ano compreende os últimos doze meses de mandato exercidos pelo conselheiro regional contados da data de verificação pelo Crea.

§ 2º - "As sessões de que trata o caput deste artigo compreendem as reuniões plenárias e de câmaras especializadas, ordinárias e extraordinárias.”

Examinado o demonstrativo apresentado à auditoria verificou-se que nenhum conselheiro ultrapassou o limite de faltas permitidas que pudesse comprometer os respectivos mandatos.

2.3. Câmaras Especializadas

As câmaras especializadas são órgãos decisórios da estrutura básica do Crea que têm por finalidade apreciar e decidir os assuntos relacionados à fiscalização do exercício profissional, e sugerir medidas para o aperfeiçoamento das atividades do Conselho Regional, constituindo a primeira instância de julgamento no âmbito de sua jurisdição.

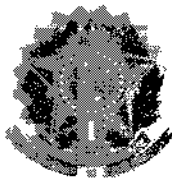
No exercício de 2014 foram instituídas 8 (oito) câmaras especializadas sendo: Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Florestal, Geologia e Engenharia de Minas, Engenharia Industrial, Engenharia Química, Agronomia, Engenharia de Segurança do Trabalho. As câmaras foram compostas, com no mínimo, três conselheiros regionais da mesma modalidade profissional e um membro eleito pelo Plenário, representando as demais modalidades profissionais, conforme a seguir demonstrado:

2.3.1. Sucessividade de mandatos

Para verificar se as indicações dos coordenadores, Coordenadores Adjuntos e representantes do Plenário atenderam os termos do art. 81 da Lei 5.194/66, a Resolução 1.039, no tocante a permissão de uma única reeleição, foi elaborado o demonstrativo a seguir:

| Sucessividade - Coordenadores, Coord. Adjuntos e Répres. do Plenário | | | | | | | | | | |
|--|--|--------------------------|-------------------------------|------|----------------------------|------|------|---------------------------------------|------|------|
| CÂMARAS ESPECIALIZADAS 2014 | CONSELHEIROS | COORDENADORES EXERCÍCIOS | | | COORD. ADJUNTOS EXERCÍCIOS | | | REPRESENTANTES DO PLENÁRIO EXERCÍCIOS | | |
| | | 2012 | 2013 | 2014 | 2012 | 2013 | 2014 | 2012 | 2013 | 2014 |
| | | Agronomia | Eng. Agr. Luiz Pedro Trevisan | | | C | | | | |
| Eng. Agr. José Luiz Traenago | | | | | | | CA | | | |
| Eng. Etal. Marco Aurélio Pereira de | | | | | | | | | | R |
| Civil | Eng. Civ. João Luis de Oliveira | | | C | | | | | | |
| | Em. Civ Alice Helena Coelho Scholl | | | | | | CA | | | |
| | Eng. Civil/Seg. Alice Helena C. Scholl | | | | | | | | | R |
| Elétrica | Eng. Eletric. Jorge Fernando R. Santos | | | C | | | | | | |
| | Eng. Eletric. Luis Carlos Saciloto | | | | | | CA | | | |
| | Eng. Opim. Gilberto Wageck Amato | | | | | | | | | R |
| Industrial | Eng. Ind. Mec. Miguel Atualpa Nuñez | | | C | | | | | | |
| | Eng. de Op. Mec. Carlos Roberto | | | | | | CA | | | |

Assinatura
18

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA**

| | | | | | | | | | |
|------------------|---------------------------------------|--|---|--|--|-----|---|--|---|
| Geol/Minas | Eng. Elétric Alessandro Gomes | | | | | | R | | R |
| | Geólogo Ivam Luis Zanette | | C | | | | | | |
| | Geólogo Jorge Luiz Barbosa da Silva* | | | | | C.A | | | |
| Florestal | Eng. Ind. Adriano Agnolletto de | | | | | | | | R |
| | Eng. Fial Luiz Ernesto Grillo Elesbão | | C | | | | | | |
| | Eng. Fial Ivone da Silva Rodrigues | | | | | C.A | | | |
| Química | Eng. Agr. Lúlio José Pires Correa | | | | | | | | R |
| | Eng. Quím. Ronaldo Hoffmann | | C | | | | | | |
| | Eng. Quím. Rubens Zolar da Cunha | | | | | C.A | | | |
| Seg. do Trabalho | S/ Representante | | | | | | | | R |
| | Eng. Seg. do trab. Nelson Agostinho | | C | | | | | | |
| | Eng. Seg. do Trab. Helécio Dutra de | | | | | C.A | | | |
| | Eng. Civ. Alberto Stcheró | | | | | | | | R |

Legenda: C = coordenador / C.A = coord.-adjunto / R = representante

Obs: * Assumiu a coordenação em 19.10.2014, tendo em vista o pedido de licença por motivo de saúde o Cons. Ivan Luiz Zanette

2.3.2 - Funcionamento**2.3.2.1 - Atividades**

As decisões emanadas pelas Câmaras atendem ao modelo constante do Anexo B da Resolução nº 1.003/2002, do Confea e do anexo do Regimento do Regional.

Analisando as pautas, súmulas e decisões do exercício de 2014 verificou-se que os processos com delegação de competência estão sendo pautados para homologação.

Atividades desenvolvidas pelas câmaras especializadas - exercício de 2014:

| CÂMARAS | REU. ORD. | REU. EXTR. | PROC.PES. FÍSICAS | PROC.PES. JURÍDICAS | DIVERSOS | PENDENTES/ ANDAMENTO |
|----------------------|-----------|------------|-------------------|---------------------|----------|----------------------|
| Civil | 27 | 06 | 2.227 | 4.590 | - | 2.006/4.575 |
| Elétrica | 22 | - | 649 | 2.122 | - | 94/72 |
| Mec/Met (Industrial) | 22 | - | 641 | 3.239 | - | - |
| Química | 22 | - | 695 | 665 | - | 107/121 |
| Geo/Minas | 19 | - | 217 | 1.099 | - | - |
| Seg. do Trabalho | 22 | 1 | 519 | 716 | - | 6/17 |
| Agronomia | 21 | 1 | 959 | 3.417 | 1.256 | - |
| Florestal | 21 | - | 194 | 1.098 | - | 56 |

Não foram informados processos pendentes e sim em andamento. Embora verifica-se um quantitativo expressivo de processos aguardando julgamento, não se pode considerar não conformidade considerando o desempenho das câmaras no exercício anterior.

2.3.2.2. Decisões

Foi verificado que as decisões emanadas das câmaras atendem o modelo constante do Anexo B da Resolução do Confea nº 1.003/2002 do Confea, no entanto, estão sendo elaboradas como timbre da Minerva e não com o Brasão das Armas da República, conforme previsto na Decisão PL nº 0681/2010, do Confea.

Não conformidade 05: Não cumprimento da PL-0681/2010, do Confea



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA

Comentários do Regional:
Comentários da Auditoria:

2.3.2.3 - Delegação de competência

Não existe formalizada, por decisão e renovada anual delegação de competência para efetivação de registro de pessoa física e jurídica no Crea. As delegações utilizadas são datadas de 2000, 2005, 2006 e 2010 e foram registradas em atas ou em normativos.

Apreciar e julgar os pedidos de registro de profissionais, de empresas de entidades de classe e de escolas ou faculdades, previstos na alínea "d" do art. 46 da Lei nº 5.194, de 1966, são de competência exclusiva das Câmaras Especializadas **constituídas, em cada exercício. Portanto, há necessidade, legal, que as delegações aos setores que desenvolvem atividades de atribuições das Câmaras Especializadas, sejam expedidas anualmente, por meio de DECISÃO DELEGADA, o que não vem ocorrendo.**

O não cumprimento de formalidades previstas em lei, na condução dos processos administrativos, leva à nulidade dos atos processuais.

Não conformidade 06: Não expedição de decisões delegadas, anualmente, por cada Câmara Especializada, delegando ao setor que procede aos registros de profissionais e de empresas de entidades de classe e de escolas ou faculdades.

Comentários do Regional:
Comentários da Auditoria:

2.3.2.4 - Súmulas/atas emitidas

As Súmulas emitidas pelas câmaras foram assinadas pelo coordenador e demais membros presentes à reunião, conforme preconiza o art. 76 do Regimento do Regional, mas não são identificados.

Não conformidade 07: Não identificados os conselheiros que assinam a súmula.

Comentários do Regional:
Comentários da Auditoria:

2.3.2.5 - Normas de procedimentos e plano de ação

De acordo com informações contidas nos papéis de trabalho nº 7 e documentação analisada no Regional todas as Câmaras Especializadas participaram da elaboração do Manual de Fiscalização e elaboraram o Plano de Trabalho.

2.3.2.6 - Comissões e grupos de trabalho

2.3.3. Comissões permanentes



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA

As comissões foram compostas por conselheiros regionais, eleitos pelo Plenário do Crea e igual número de suplentes escolhidos entre os conselheiros regionais titulares e obedeceram à permissão de uma única reeleição.

Os trabalhos foram conduzidos por um coordenador e por um coordenador-adjunto que tiveram mandato de um ano.

No exercício de 2014, pela Decisão PL/RS-003/2014 foram constituídas 9 (nove) comissões, sendo de: Orçamento e Tomada de Contas; Renovação do Terço; Ética Profissional; Meio Ambiente; Editorial; Convênios; Educação e Atribuição Profissional; Coordenadores de Câmaras Especializadas e Análise de Processos de Recursos ao Plenário.

Examinados os papéis de trabalho das comissões permanentes foi verificado que o Regional atendeu as normas estabelecidas regimentalmente.

3.3.3.1- Súmulas

As comissões elaboram súmulas de suas reuniões que, após aprovadas foram assinadas. Pressupõe-se que sejam os participantes da reunião, tendo em vista que não há identificação de quem as assinaram.

Não Conformidade 08: Não identificados os conselheiros que assinam a súmula.

Comentários do Regional:
Comentários da Auditoria:

3.3.3.2 - Comissões temporárias

3.3.3.2.1 - Comissão Eleitoral

Não Conformidade 09: Processo não disponibilizado para análise da auditoria

Comentários do Regional:
Comentários da Auditoria:

2.3.4. Grupos de trabalho 2014

No exercício de 2014 foram instituídos dois Grupos de Trabalho a seguir relacionados, que não tiveram registro de qualquer atividade:

- Grupo de Trabalho para acompanhar a Regulamentação e Divulgação da Lei Estadual Complementar nº 14.376/2013 (Instituído pela Decisão PL/RS 006/2014 de 23/01/14) e,
- Grupo de Trabalho Memória da Engenharia (Instituído pela Decisão PL/RS 092/2014).

Não conformidade 10: Não cumprimento do art. 188 do Regimento, ao deixar de apresentar o resultado conclusivo dos trabalhos, ao órgão proponente.

21



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA

Comentários do Regional:
Comentários da Auditoria:

2.4. Diretoria

2.4.1. Composição

Exercício de 2014

| NOME | CARGO | CPF | MANDATO |
|--|------------------------|----------------|-------------------------|
| Eng. Civil Luiz Alcides Capoani ¹ | Presidente | 306.831.730-49 | 01/01/2012 a 22/12/2014 |
| Eng. Agr. Juarez Marbini Lopes ² | 1º Vice-Presidente | 125.900.960-20 | 09/01/2014 a 08/01/2015 |
| Eng. Civil. Alberto Stochero | 2º Vice-Presidente | 220.732.050-20 | 09/01/2014 a 08/01/2015 |
| Eng. Mec. Eddo Hallenius A. | 1º Dir. Administrativo | 000.229.180-00 | 07/05/2014 a 31/12/2014 |
| Eng. Civil Marcus Vinícius do Prado | 1º Dir. Administrativo | 332.524.750-49 | 13/02/2014 a 14/03/2014 |
| | 1º Dir. Administrativo | | 14/03/2014 a 31/12/2014 |
| Eng. Elet. Sérgio Boniatti | 2º Dir. Administrativo | 164.256.500-57 | 14/03/2014 a 31/12/2014 |
| | 1º Diretor-Financeiro | | 09/01/2014 a 08/01/2015 |
| Eng. Florestal Jorge Silvano Silveira | 2º Diretor-Financeiro | 211.199.290-91 | 14/03/2014 a 31/12/2014 |
| | 2º Dir. Administrativo | | 23/01/2014 a 14/03/2014 |
| Eng. Quím. Norberto Holz | 2º Diretor-Financeiro | 183.936.670-20 | 10/01/2014 a 14/03/2014 |

Papel de Trabalho nº 03.

Obs:

¹ Licenciou-se pelo período de 18 de março a 3 de abril de 2014 para concorrer às eleições do Senge/RS. Termo de Transferência de Cargo nº 001/2014. Licenciou-se pelo Período de 23 a 31 de dezembro de 2014, término de seu mandato.

² Em 18 de março de 2014 assumiu a função de Presidente do Crea-RS, ficando até o dia 3 de abril no cargo. Termo de Transferência de Cargo nº 001/2014. Termo de Transferência de Cargo 002/2014. Licenciou-se em 18 de agosto de 2014 da função de conselheiro para concorrer às eleições do Sistema Confea/Crea/ Mútua. Em 23 de dezembro de 2014 assumiu a função de Presidente, ficando até 31 de dezembro de 2014 (término do mandato do Presidente Capoani)

2.4.2. Posse dos membros

Examinados os termos de posse da Diretoria nos exercícios de 2014, foi verificado que o Regional atendeu os dispostos nos artigos 98, 99 e 100 do seu Regimento e no artigo 2º da Resolução do Confea nº 1.039/2012, assim descritos:

Regimento do Crea-RS:

Art. 98. É vedado a membro da Diretoria pertencer à Comissão de Orçamento e Tomada de Contas.

Art. 99. É vedado a membro da Diretoria exercer a função de coordenador de câmara especializada.

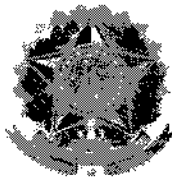
Art. 100. A Diretoria é constituída na primeira sessão plenária ordinária do ano.

Resolução do Confea nº 1.039/2012:

Art. 2º É vedado ao profissional ocupante de cargo eletivo do Sistema Confea/Crea permanecer por mais de dois períodos sucessivos em idêntica função.

2.4.3. Decisões

As decisões emitidas pela Diretoria do Crea-RS atendem o modelo estabelecido no Anexo da Resolução do Confea nº 1003/2002.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA

2.4.4. Súmulas/atas emitidas

O art. 120 do regimento estabelece que “da reunião da Diretoria será lavrada ata circunstanciada que, lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes à reunião, arquivada e colocada à disposição dos interessados, atendidas às demais disposições do regimento”.

Os assuntos apreciados pela Diretoria foram registrados em súmulas elaboradas em papel sem timbre ou com a utilização da minerva.

Não existe registro de que as súmulas tenham sido submetidas à aprovação dos participantes da reunião subsequente e registra-se que não estão assinadas e rubricadas.

Não conformidade 11: Atas elaboradas em papel que não constam o timbre do Brasão das Armas da República e sem a comprovação de que tenham sido aprovadas e assinadas conforme art. 120 do Regimento.

Comentários do Regional:
Comentários da Auditoria:

2.4.5. Presenças às reuniões

As presenças dos membros da Diretoria nas reuniões ocorridas no exercício de 2014 foram registradas em documento próprio.

2.4.6. Sucessividade de mandatos

Examinados os termos de posse da Diretoria nos exercícios de 2014 e verificada a composição da diretoria no exercício anterior foi verificado que o Regional atendeu ao disposto no artigo 2º da Resolução do Confea nº 1.039/2012, assim descritos:

Resolução do Confea nº 1.039/2012:

Art. 2º - *É vedado ao profissional ocupante de cargo eletivo do Sistema Confea/Crea permanecer por mais de dois períodos sucessivos em idêntica função.*

3 -ATIVIDADE FINALISTICA

3.1. Inspetoria

A Inspetoria é um órgão executivo que representa o Regional no município ou na região em que for instituída, tendo como objetivo: fiscalizar o exercício das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Creas; e, cumprir e fazer cumprir a legislação federal, as Resoluções, as Decisões Normativas, as Decisões Plenárias baixadas pelo Confea e os Atos Normativos e Administrativos baixados pelo Crea.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA

3.1.1. Desempenho

O Regional possuía em 2014, 43 (quarenta e três) inspetorias, abrangendo um total de 497 (quatrocentos e noventa e sete) municípios, em uma área geográfica aproximada de 282.062,0 Km². A estrutura operacional e a atuação das inspetorias, no exercício de 2014, estão demonstradas da seguinte forma:

3.1.2. Eleição e sucessividade

A inspetoria será composta por três inspetores, sendo um deles designado inspetor-chefe, indicados pelo presidente do Crea, dentre os profissionais do Sistema Confea/Crea residentes na jurisdição, conforme previsto nos artigos 127 e 128 do Regimento do Crea-RS.

Examinados os papéis de trabalho das inspetorias foi verificado que o Regional atendeu os dispostos nos artigos 1º, parágrafos 1º e 2º da Resolução 1.039/2012 do Confea.

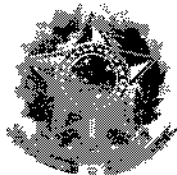
3.1.3. Criação de Inspetoria

A criação de Inspetoria depende de aprovação do Plenário, de previsão orçamentária específica, após amplo e elaborado estudo de viabilidade econômica, social e de atendimento aos profissionais da respectiva região.

Estrutura das Inspetorias – 2014:

| Inspeorias | Veic. | Sede Própria | Recursos Humanos | | Receitas | Despesas |
|----------------------|-------|--------------|------------------|---------|--------------|------------|
| | | | Administ. | Fiscais | | |
| Alegrete | 01 | X | 01 | 01 | 337.155,93 | 134.665,10 |
| Bagé | 02 | X | 02 | 02 | 673.225,87 | 259.912,00 |
| Bento Gonçalves | 02 | X | 01 | 02 | 2.171.529,54 | 138.703,86 |
| Cachoeira do Sul | 01 | X | 01 | 01 | 784.592,22 | 97.821,79 |
| Cachoeirinha/Gravatá | 01 | Não | 01 | 01 | 1.085.010,52 | 119.021,41 |
| Camaquã | 01 | X | 01 | 01 | 441.252,76 | 99.650,06 |
| Canoas | 03 | X | 02 | 03 | 1.487.067,43 | 231.444,33 |
| Capão da Canoa | 02 | X | 01 | 02 | 773.665,25 | 118.425,01 |
| Carazinho | - | X | 01 | - | 577.612,44 | 101.232,51 |
| Caxias do Sul | 03 | X | 02 | 03 | 3.526.655,67 | 213.986,24 |
| Cruz Alta | 01 | X | 01 | 01 | 465.899,78 | 140.005,62 |
| Esteio | 01 | Não | 01 | 01 | 646.382,54 | 138.389,46 |
| Erechim/Get. Vargas | 02 | X | 01 | 02 | 1.689.791,67 | 113.416,13 |
| Frederico Westphalen | 01 | X | 01 | 01 | 797.183,50 | 115.406,89 |
| Guafba/Charqueadas | 01 | X | 02 | 01 | 723.978,99 | 178.563,90 |
| Ibirubá | 01 | X | 01 | 01 | 769.262,58 | 110.359,21 |
| Ijuí | 02 | X | 01 | 02 | 938.938,56 | 124.036,73 |
| Lajeado | - | X | 01 | - | 2.223.401,22 | 155.388,80 |
| Montenegro | 02 | X | 01 | 02 | 795.214,03 | 131.264,52 |
| Novo Hamburgo | 02 | X | 02 | 02 | 1.726.785,16 | 207.798,02 |
| Palmeira das Missões | 01 | X | 02 | 01 | 860.939,82 | 170.567,01 |
| Panambi | 01 | Não | 01 | 01 | 601.400,95 | 151.137,09 |

24
[Assinatura]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA

| | | | | | | |
|--------------------|-----------|----------|-----------|-----------|---------------|------------|
| Passo Fundo | 02 | X | 02 | 02 | 2.802.039,71 | 170.878,19 |
| Pelotas | 01 | X | 03 | 01 | 1.950.375,55 | 427.710,67 |
| Porto Alegre | 07 | X | 02 | 07 | 12.572.566,41 | 267.918,66 |
| Rio Grande | 02 | Não | 01 | 02 | 1.079.712,60 | 144.181,92 |
| Santa Cruz do Sul | 01 | X | 02 | 01 | 1.899.200,60 | 171.686,46 |
| Santa Maria | 04 | Não | 02 | 04 | 2.404.266,05 | 260.928,72 |
| Santa Rosa | 01 | X | 02 | 01 | 1.518.042,06 | 189.237,41 |
| Santana/Livramento | 01 | X | 01 | 01 | 302.543,38 | 148.372,65 |
| Santiago | 02 | X | 02 | 02 | 443.004,32 | 207.626,81 |
| Santo Angelo | 01 | X | 01 | 01 | 868.418,79 | 117.156,43 |
| São Borja | 01 | X | 01 | 01 | 426.687,56 | 98.465,23 |
| São Gabriel | - | X | 01 | - | 307.668,14 | 103.002,97 |
| São Leopoldo | 01 | X | 02 | 01 | 1.489.701,47 | 156.507,52 |
| São Luiz Gonzaga | 01 | X | 01 | 01 | 349.915,66 | 119.506,18 |
| Taquara | 02 | X | 02 | 02 | 514.257,98 | 131.575,90 |
| Torres | 01 | X | 01 | 01 | 276.021,51 | 112.734,51 |
| Tramandaí | 01 | X | 01 | 01 | 463.988,81 | 91.242,32 |
| Três Passos | 01 | X | 01 | 01 | 717.036,37 | 107.865,64 |
| Uruguaiana | - | X | 01 | - | 430.298,73 | 110.423,92 |
| Vacaria | 01 | X | 01 | 01 | 887.648,19 | 167.168,17 |
| Viamão | 02 | NÃO | 01 | 02 | 533.343,51 | 156.214,86 |
| TOTAL GERAL | 64 | - | 59 | 64 | | |

Fonte: Papel de Trabalho nº 08.

Estrutura Operacional das Inspetorias – 2014:

| INSPETORIAS | Registros, vistos, emissão de carteiras | | Registros cancelados, interrompidos e suspensos | | Autos de Infração | |
|-----------------------|---|-----|---|---------------------|-------------------|----|
| | PF | PJ | PF | Alteração/Objeto-PJ | PF | PJ |
| Alegrete | 43 | 07 | 47 | - | - | - |
| Bagé | 49 | 24 | 110 | 02 | - | - |
| Bento Gonçalves | 141 | 78 | 124 | 06 | 44 | 05 |
| Cachoeira do Sul | 28 | 18 | 80 | - | - | - |
| Cachoeirinha/Gravataí | 62 | 51 | 153 | - | 02 | - |
| Camaquã | 39 | 19 | 38 | - | 25 | 01 |
| Canoas | 202 | 78 | 277 | - | 19 | 05 |
| Capão da Canoa | 13 | 63 | 54 | - | 01 | 01 |
| Carazinho | 51 | 20 | 43 | - | 01 | - |
| Caxias do Sul | 341 | 144 | 242 | 03 | 85 | - |
| Cruz Alta | 36 | 19 | 51 | - | - | - |
| Esteio | 81 | 39 | 149 | 02 | 02 | - |
| Erechim/Get. Vargas | 184 | 90 | 143 | 01 | 11 | - |
| Frederico Westphalen | 106 | 42 | 68 | - | - | - |
| Guaíba/Charqueadas | 56 | 45 | 122 | - | 02 | - |
| Ibirubá | 32 | 22 | 56 | - | 07 | 02 |
| Ijuí | 126 | 48 | 86 | 01 | 03 | - |
| Lajeado | 185 | 108 | 107 | 04 | 22 | 01 |
| Montenegro | 78 | 38 | 62 | - | 34 | - |
| Novo Hamburgo | 128 | 81 | 130 | 02 | 05 | - |
| Palmeira das Missões | 34 | 29 | 66 | - | 01 | - |
| Panambi | 74 | 18 | 44 | - | 52 | 01 |
| Passo Fundo | 504 | 114 | 236 | 03 | 21 | - |
| Pelotas | 411 | 72 | 292 | 03 | 02 | 01 |
| Porto Alegre | 48 | 356 | 320 | - | 13 | - |
| Rio Grande | 401 | 45 | 136 | 01 | - | - |
| Santa Cruz do Sul | 151 | 52 | 148 | 02 | 04 | - |

[Assinatura]
25



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA

| | | | | | | |
|--------------------|-----|----|-----|----|-----|----|
| Santa Maria | 314 | 87 | 248 | 07 | 03 | - |
| Santa Rosa | 177 | 48 | 127 | 04 | 08 | - |
| Santana/Livramento | 15 | 14 | 21 | 02 | 02 | - |
| Santiago | 43 | 24 | 56 | - | 04 | - |
| Santo Ângelo | 101 | 25 | 80 | 01 | 04 | - |
| São Borja | 19 | 17 | 38 | - | 01 | - |
| São Gabriel | 26 | 16 | 29 | 01 | - | - |
| São Leopoldo | 164 | 42 | 166 | 01 | 22 | - |
| São Luiz Gonzaga | 33 | 08 | 36 | - | - | - |
| Taquara | 74 | 54 | 77 | 01 | 13 | - |
| Torres | 40 | 39 | 20 | 01 | - | - |
| Tramandaí | 73 | 26 | 36 | 04 | - | - |
| Três Passos | 44 | 29 | 80 | 01 | - | - |
| Uruguaiana | 20 | 20 | 41 | - | 03 | - |
| Vacaria | 90 | 19 | 87 | - | 07 | - |
| Viamão | 14 | 21 | 108 | - | - | - |
| TOTAL GERAL | | | | 55 | 413 | 16 |

Fonte: Papel de Trabalho nº 09 e 10.

3.2 . Registro e Cadastro

O quantitativo de registros de pessoas físicas e jurídicas, até o exercício de 2013 está demonstrado da seguinte forma:

3.2.1. Pessoas Físicas

Em 2013 os registros de profissionais ativos foram de 57.757 (cinquenta e sete mil e setecentos e cinquenta e sete) profissionais inscritos, acrescidos de mais 4.903 (quatro mil novecentos e três) novos profissionais, deduzidos os cancelados e interrompidos, totalizou em 2014, a quantia 56.445 (cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e cinco) profissionais inscritos, representando um acréscimo de 0,12% em relação a 2013.

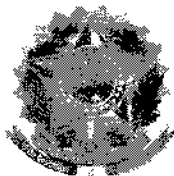
O grau de inadimplência de profissionais registrados no Crea em 2014 foi de 8,40%, conforme apresentação do quadro abaixo:

3.2.1 - Registro de Pessoas Físicas/2014:

| Profissionais | Reg. em 31/12/2013 | Insc. em 2014 | Cancel. | Interrom/Susp. | Reativ. Reab. | Reg. em 31/12/2014 | Adim-Plentes | Inadim Plentes |
|----------------|--------------------|---------------|--------------|----------------|---------------|--------------------|---------------|----------------|
| Nível superior | 36.117 | 2.467 | 2.638 | 554 | 1.284 | 36.676 | 34.491 | 2.185 |
| Nível médio | 19.309 | 2.422 | 2.576 | 368 | 674 | 19.461 | 17.206 | 2.255 |
| Estrangeiros | 331 | 14 | 41 | 02 | 06 | 308 | 05 | 303 |
| Total | 55.757 | 4.903 | 5.255 | 924 | 1.964 | 56.445 | 51.702 | 4.743 |
| Visto | 6.056 | 144 | 1750 | 02 | 339 | 4.787 | 4.477 | 310 |
| Temporários | - | - | - | - | - | - | - | - |

Fonte: Papel de Trabalho nº 12

3.2.2. Pessoas Jurídicas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA

No exercício de 2013 os registros de empresas ativas eram de 14.302 (quatorze mil trezentos e duas) Empresas registradas, acrescidas do registro de mais 1.602 (um mil, seiscentos e duas) novas Empresas, deduzidas as baixas, totalizou em 2013, a quantia de 14.546 (quatorze mil, quinhentos e quarenta e seis) Empresas registradas, representando um crescimento de aproximadamente 0,17%, conforme informação contida no Papel de Trabalho de Trabalho nº 12.

O grau de inadimplência das empresas registradas no Crea-RS foi de 17,92%, conforme quadro descrito abaixo:

Registros de Pessoas Jurídicas/2014:

| Empresas | Reg. em 31/12/2013 | Insc. 2014 | Baixas em 2014 | Rég. 31/12/2014 | Adim- pientes | Inadim- pientes |
|----------------------------|--------------------|--------------|----------------|-----------------|---------------|-----------------|
| Classe A | - | - | - | - | - | - |
| Classe B | - | - | - | - | - | - |
| Classe C | - | - | - | - | - | - |
| Enquad. mais de uma Classe | 12.916 | 1.602 | 1.358 | 13.160 | 10.746 | 2.414 |
| Firmas de Leigos | 1.386 | - | - | 1.386 | 1.192 | 194 |
| Empresas Estrangeiras | - | - | - | - | - | - |
| Total | 14.302 | 1.602 | 1.358 | 14.546 | 11.938 | 2.608 |
| Vistos | 2.183 | 137 | 171 | 2.149 | 2.044 | 105 |

Fonte: Papel de Trabalho nº 12:

Não conformidade 12: Deficiência apresentada na cobrança de profissionais e empresas, apresentando um elevado grau de inadimplência.

Comentários da Administração do Regional:
Comentários da Auditoria do Confea:

3.2.3. Anotação de Responsabilidade Técnica – ART

De acordo com o Papel de trabalho nº 14-A o Regional apresenta os seguintes dados referentes à Anotação de Responsabilidade Técnica: arrecadação mês a mês em quantitativos e em reais; quantidade de ARTs mensais por modalidade e anotação de ARTs por valor de contrato, cujo resultado pode no quadro abaixo.

Os quadros constantes do PT 14-B demonstram os valores de ART arrecadados por modalidade e por contrato que servem de parâmetro para o planejamento e acompanhamento das atividades do Regional.

Arrecadação Mensal de ART – Exercício de 2014

| MÊS | QUANT. | VALORES - RS | % |
|-----------|--------|--------------|------|
| Janeiro | 25.888 | 1.920.943,77 | 5,96 |
| Fevereiro | 26.119 | 2.335.439,76 | 7,25 |
| Março | 26.056 | 2.283.497,16 | 7,08 |
| Abril | 28.372 | 2.458.539,91 | 7,63 |
| Mai | 31.274 | 2.735.150,64 | 8,49 |
| Junho | 28.289 | 2.458.014,25 | 7,62 |

[Handwritten signatures and initials]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA

| | | | |
|--------------|----------------|----------------------|---------------|
| julho | 32.760 | 2.824.201,68 | 8,76 |
| Agosto | 33.052 | 2.813.270,54 | 8,73 |
| Setembro | 35.618 | 3.064.231,96 | 9,51 |
| Outubro | 34.753 | 3.132.559,28 | 9,72 |
| Novembro | 31.985 | 2.779.516,78 | 8,62 |
| Dezembro | 31.903 | 3.420.263,53 | 10,63 |
| TOTAL | 366.069 | 32.225.629,36 | 100,00 |

OBS: O valor de ART informado é líquido, conforme registros da Contabilidade.

Quantidade de ARTs Mensais por Modalidade/2014:

| Modal. | Jan | Feb | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | Total |
|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|
| Agrim. | 208 | 242 | 222 | 263 | 278 | 279 | 292 | 285 | 343 | 299 | 299 | 259 | 3.269 |
| Agron. | 5.543 | 4.683 | 4.007 | 4.237 | 5.423 | 5.050 | 5.842 | 6.574 | 6.513 | 5.838 | 5.529 | 6.408 | 65.647 |
| Civil | 11.525 | 12.001 | 12.277 | 13.780 | 14.871 | 13.252 | 15.307 | 15.597 | 16.906 | 16.640 | 14.964 | 14.481 | 171.601 |
| Elétrica | 3.251 | 3.291 | 3.436 | 3.708 | 3.749 | 3.360 | 3.875 | 3.692 | 4.158 | 4.236 | 3.993 | 3.705 | 44.454 |
| Geo/Min. | 855 | 902 | 1.194 | 1.100 | 972 | 796 | 1.008 | 884 | 883 | 996 | 911 | 921 | 11.422 |
| Mec/Met. | 3.782 | 4.333 | 4.163 | 4.521 | 4.995 | 4.778 | 5.481 | 5.189 | 5.820 | 5.731 | 5.318 | 5.206 | 59.317 |
| Química | 687 | 631 | 713 | 714 | 926 | 731 | 884 | 760 | 933 | 945 | 908 | 903 | 9.735 |
| Outras | 37 | 36 | 44 | 49 | 60 | 43 | 71 | 71 | 62 | 68 | 63 | 20 | 624 |
| Seg Trab | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL | 25.888 | 26.119 | 26.056 | 28.372 | 31.274 | 28.289 | 32.760 | 33.052 | 35.618 | 34.753 | 31.985 | 31.903 | 366.069 |

OBS: O quantitativo de ARTs, e de valores arrecadados, coincidem com os valores escriturados.

Anotação de ARTs por valor de Contrato – 2014:

| Faixas | Res. 1043/12 – Tabela A – Obras ou Serviços | Taxas – R\$ | ARTs Recebidas | Valor |
|------------------------|---|-------------|----------------|----------------------|
| 1 | Até 8.000,00 | 63,64 | 288.057 | 18.331.947,48 |
| 2 | De 8.000,01 até 15.000,00 | 111,37 | 10.448 | 1.163.593,76 |
| 4 | Acima de 15.000,01 | 167,68 | 67.564 | 12.730.088,12 |
| TOTAL GERAL | | - | 366.069 | 32.225.629,36 |
| Receituário Agrônômico | | 1,23 | 156.700 | 192.741,00 |

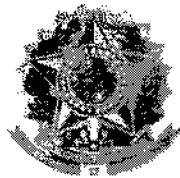
Anotação de Responsabilidade Técnica por valor de Contrato – 2014:

| Faixas | Res. 1043/12 – Tabela B – Obras ou Serviços | Taxas – R\$ | ARTs Recebidas | VALOR-R\$ |
|--------------------|---|-------------|----------------|-------------------|
| 1 | Até 200,00 | 1,23 | 156.700 | 192.741,00 |
| 2 | De 200,01 até 300,00 | 2,51 | - | - |
| 3 | De 300,01 até 500,00 | 3,74 | - | - |
| 4 | De 500,01 até 1.000,00 | 6,26 | - | - |
| 5 | De 1.000,01 até 2.000,00 | 10,07 | - | - |
| 6 | De 2.000,01 até 3.000,00 | 15,09 | - | - |
| 7 | De 3.000,01 até 4.000,00 | 20,24 | - | - |
| 8 | Acima 4.000,01 | Tabela A | - | - |
| TOTAL GERAL | | - | 156.700 | 192.741,00 |

OBSERVAÇÕES: Valores brutos

4. SISTEMA DE INFORMAÇÃO CADASTRAL - SIC

Handwritten signature and initials



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA

A Política de Segurança da Informação no Crea-RS é formalizada no Sistema de Gestão da Qualidade, por meio de Procedimento Operacional, atualizado. O PDTI é também planejado através do Sistema de Gestão da Qualidade, conforme Controle de Planejamento, que fora elaborado com base no Planejamento Estratégico do Regional.

A Resolução nº 494, de 26 de Julho de 2006, dispõe sobre o recadastramento dos profissionais registrados nos Creas. A Resolução nº 504, de 14 de dezembro de 2007, altera a redação dos artigos 3º e 13º da Resolução nº 494/2006.

Sistema de Informações Confea/Crea (SIC) – Exercício 2014

| Registro Pessoa Física | Quantidade | Carteiras | Quantidade |
|-------------------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| Provisório Brasileiro | 1.477 | 2ª via | 630 |
| Definitivo Brasileiro | 4.813 | | |
| Definitivo Estrangeiro | 14 | | |
| Temporário Estrangeiro | 02 | | |
| Cancelados | 4.759 | | |
| Interrompidos | 898 | | |
| Reativados/Reabilitados | 1.773 | | |
| Vistos | 110 | | |
| Carteiras entregues | 9.298 | | |
| Carteiras não entregues | 1.179 | | |
| Ativos | 59.393 | | |

Fonte: Papel de trabalho nº 34-B.

5. FISCALIZAÇÃO

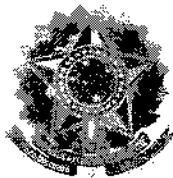
O setor de fiscalização do Crea-RS, contava no exercício de 2014, com efetivo de 73 (setenta e três) agentes fiscais, sendo 30 (trinta) agentes fiscais de nível superior e 43 (quarenta e três) agentes fiscais de nível médio, com salários médios de R\$ 4.882,71 (quatro mil, oitocentos e oitenta e dois reais e setenta e um centavos); os agentes fiscais recebem como salários indiretos, Plano de Saúde (assistência médica), Vale transporte, Tickets Alimentação/Refeição e Auxílio Creche/necessidades especiais.

A fiscalização do Regional, em 2013, abrangeu 497 (quatrocentos e noventa e sete) municípios, num total aproximado de 282.062 Km², atingindo 72.604 (setenta e duas mil, seiscentos e quatro) ações fiscalizatórias, com média mensal aproximadamente de 82 (oitenta e duas) visitas mês, por fiscal.

O Regional informou que realizou cursos de treinamento dos agentes fiscais, no período de 17 a 20 de agosto de 2014, na cidade de Caxias do Sul, executado pela Gerência de Fiscalização, com os seguintes temas abordados: Relatório de Fiscalização, Diligências, Processos (trâmite e montagem), Ferramentas de Trabalho, Plano de Ação, Avaliação de Desempenho, Resolução 1047 do Confea, Alteração do Cadastros de Leigos, Direção defensiva, Manutenção de veículos, Ergonomia, e EPI.

O Crea-RS manteve no exercício de 2014, 89 (oitenta e nove) veículos de sua propriedade, para utilização no setor de fiscalização.

29



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA

Quantidade de Fiscais, Obras Visitadas e Notificações

| Descrição | 2013 | 2014 |
|---|--------|--------|
| Fiscais (nível médio) | 46 | 43 |
| Fiscais (nível superior) | 30 | 30 |
| Obras visitadas (relatório de fiscalização) | 70.403 | 72.604 |
| Situação regular | 55.488 | 2.171 |
| Situação irregular | 14.915 | 1.961 |
| Autos Infração | 2.307 | 992 |

Fonte: PT nº 11 – A e B e Relatórios de Auditoria 2014.

Demonstrativo da fiscalização referente à quantidade de visitas realizadas:

| MÊS | Situação Regular A | Notificações/ Quantidade B | Reg. no Prazo/ Quantidade C | Autos de infração/ Quantidade D=B-C | Total Geral E=A+B |
|--------------|--------------------|----------------------------|-----------------------------|-------------------------------------|-------------------|
| JAN | 4.171 | 179 | 179 | - | 4.296 |
| FEV | 3.872 | 169 | 168 | 01 | 4.041 |
| MAR | 5.847 | 233 | 230 | 03 | 6.080 |
| ABR | 5.403 | 241 | 239 | 02 | 5.644 |
| MAIO | 6.142 | 263 | 262 | 01 | 6.405 |
| JUN | 5.616 | 299 | 283 | 16 | 5.915 |
| JUL | 7.834 | 336 | 320 | 16 | 8.170 |
| AGO | 5.727 | 286 | 280 | 06 | 6.013 |
| SET | 7.110 | 86 | - | 237 | 7.196 |
| OUT | 7.959 | 08 | - | 274 | 7.967 |
| NOV | 5.850 | 56 | - | 142 | 5.906 |
| DEZ | 4.956 | 15 | - | 294 | 4.971 |
| TOTAL | 70.433 | 2.171 | 1.961 | 992 | 72.604 |

Fonte: PT nº 11 - B e Relatórios de Auditoria 2013

6 - DÍVIDA ATIVA

Com base nas informações constantes do Papel de Trabalho - PTA nº 15, em dezembro de 2014, encontramos a seguinte situação:

6.1 – Processos não inscritos na Dívida Ativa

Não existia nenhum processo não inscritos na Dívida Ativa.

6.2 – Processos inscritos na Dívida Ativa

Em relação aos processos inscritos, foi constatada a seguinte situação:

a) na fase administrativa:

Não existia nenhum processo na Fase Administrativa.

b) na fase executiva:

Existiam 6.487 (seis mil, quatrocentos e oitenta e sete) processos inscritos, no valor estimado de R\$ 6.279.383,70 (seis milhões, duzentos e setenta e nove mil, trezentos e oitenta e três reais e setenta centavos), com valor médio de R\$ 967,99 (novecentos e sessenta e sete reais e noventa e nove centavos), por processo.

O Regional realizou o lançamento contábil da Dívida Ativa no Balanço Patrimonial em Créditos e Valores a Receber de Longo Prazo, no valor de R\$ 10.399.473,06

[Assinatura]
30



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA

(dez milhões, trezentos e noventa e nove mil, quatrocentos e setenta e três reais e seis centavos).

Não realizou recebimentos da Dívida Ativa em 2014.

OBS: O Crea-RS arrecadou o valor de R\$ 736.505,12 (setecentos e trinta e seis mil, quinhentos e cinco reais e doze centavos) relativos a Multas e Infrações, conforme registros no Demonstrativo de Receitas Arrecadadas.

Não conformidade 13: Deficiência apresentada na cobrança de Dívida Ativa, a qual apresenta um alto valor de Créditos a Receber, registrados no Balanço Patrimonial e demonstrados no Papel de Trabalho nº 15.

Comentários da Administração do Regional:
Comentários da Auditoria do Confea:

Os créditos inscritos em Dívida Ativa devem ser contabilizados, tendo em vista que a certidão emitida no ato da inscrição é título executivo que representa um direito do Crea. Os processos existentes inscritos na Dívida Ativa, na Fase Administrativa e/ou Fase Executiva devem ser registrados no Balanço Patrimonial.

A prática contábil recomenda que todos os bens, direitos e obrigações devem estar registrados contabilmente para compor o patrimônio do ente público ou privado; posteriormente, após uma classificação deve-se lançar em Dívida Ativa - sub conta Créditos e Valores a Receber de Longo Prazo.

Como os Créditos da Dívida Ativa contêm um percentual de perda intrínseco, o Regional deve promover a constituição da provisão, para ajustar o seu montante a valor recuperável.

A constituição de provisão para ajuste da Dívida Ativa a valor recuperável, de caráter redutor do Ativo, é regulamentada pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN, em seu Manual Técnico da Dívida Ativa Aplicada ao Setor Público-MPCASP. Portanto, faz-se necessário o levantamento dos títulos recebíveis para Inscrição na Dívida Ativa na Fase Executiva e respectiva contabilização, que atenda ao disposto na NBCT-4, aprovada pela Resolução CFC 732/1992 e ao Princípio da Prudência, estabelecido pela Resolução CFC nº 750/1993, que impõe a escolha da hipótese que resulte o menor Patrimônio Líquido.

7 - CONTÁBIL/FINANCEIRO

7.1 Quadro de Arrecadação de Receitas 2014

7.1.1 Comparativo das Receitas 2012 a 2014

| RECEITAS | ARRECADADA 2012 | ARRECADADAS 2013 | ARRECADADAS 2014 | VAR. % 2014/13 |
|--------------------|--------------------|---------------------|---------------------|-------------------|
| RECEITAS CORRENTES | 46.661.034,53 | 57.432.978,03 | 63.458.146,25 | 10,49 |
| Art | 22.590.879,35 | 28.562.953,77 | 32.225.629,36 | 12,82 |

31



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA

| | | | | |
|-----------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|---------------|
| Contribuições | 20.386.862,49 | 22.764.104,92 | 24.067.845,29 | 5,72 |
| Patrimonial | - | - | - | - |
| Serviços | 1.233.043,70 | 2.267.440,41 | 1.457.941,81 | (35,70) |
| Financeiras | 937.796,88 | 2.731.606,02 | 4.117.494,95 | 50,73 |
| Transferências Correntes | 2.426,65 | - | - | - |
| Transf. Intragovernament. | - | - | - | - |
| Outras Rec. Correntes | 1.281.831,45 | 1.106.872,91 | 1.589.234,84 | 43,57 |
| Divida Ativa recebida | 228.194,01 | - | - | - |
| RECEITAS DE CAPITAL | 7.401.027,86 | 11.401.987,11 | - | 100,0 |
| Alienação de Imóveis | 7.401.027,86 | - | - | - |
| Op. Crédito-Empréstimos | - | 6.000.000,00 | - | - |
| Transf. Cap.I-SOEA (Confea) | - | 5.385.431,11 | - | - |
| Outras - Indeniz Seguros | - | 16.556,00 | - | - |
| TOTAL GERAL | 54.062.062,39 | 68.834.965,14 | 63.458.146,25 | (7,81) |

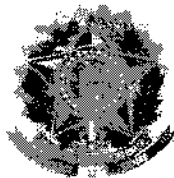
Fonte: Balanço Patrimonial/2012 a 2014.

7.2. Quadro de Execução das Despesas 2014

7.2.1 Comparativo das Despesas 2012/2014

| DESPESAS | REALIZADAS 2012 | REALIZADAS 2013 | REALIZADAS 2014 | VAR. % 2014/2013 |
|----------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|---------------------|
| DESPESAS CORRENTES | 43.400.361,03 | 58.763.732,82 | 62.801.068,32 | 6,87 |
| Pessoal/Encarg Sociais | 16.558.373,21 | 18.749.320,21 | 21.932.246,67 | 16,97 |
| Remuneração de Pessoal | 12.441.814,54 | 14.189.465,64 | 16.633.719,50 | 17,22 |
| Indenizações trabalhistas | - | - | - | - |
| Encargos Patronais | 4.116.558,67 | 4.559.854,57 | 5.298.527,17 | 16,20 |
| Juros Enc. da Divida | - | - | - | - |
| Outras Desp. Correntes | 9.159.794,69 | 23.746.265,23 | 21.861.115,68 | (7,93) |
| Benefícios a Pessoas | 2.453.744,76 | 3.687.400,49 | 4.296.092,56 | 16,50 |
| Benefícios Assistenciais | 343.983,32 | 207.034,40 | 286.929,00 | 38,59 |
| Uso de Bens e Serviços | 271.544,14 | 322.087,09 | 767.028,01 | 138,14 |
| Diárias, Passag. Locomoção | 2.501.585,71 | 3.338.335,51 | 4.765.250,62 | 42,74 |
| Serviços de Terceiros - PJ | 3.588.936,76 | 16.191.407,74 | 11.745.815,49 | (27,45) |
| Tribut. E Contributivas | 518.555,31 | 39.661,27 | 40.956,88 | 3,26 |
| Demais Desp. Correntes | 5.949.588,42 | 1.130.431,45 | 1.718.108,50 | 51,98 |
| Serviços Bancários | 414.414,15 | 602.488,40 | 876.400,36 | 45,46 |
| Transferências Correntes | 10.799.635,25 | 14.495.566,26 | 16.372.240,23 | 12,95 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 99.034,96 | 888.201,50 | 7.857.563,21 | 784,65 |
| Obras e Instalações | - | 31.854,44 | 11.461,72 | (64,01) |
| Equip. e Mat. Permanente | 99.034,96 | 856.347,06 | 1.846.101,49 | 115,57 |
| Amortização Empréstimos | 43.499.395,99 | - | 6.000.000,00 | 100,0 |
| TOTAL GERAL | 43.400.361,03 | 59.651.934,32 | 70.658.631,53 | 18,45 |

Fonte: Balanço Patrimonial/2012 e 2014.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA

Quadro Sintético de Arrecadações e Gastos

| ANO | RECEITAS | DESPESAS | SUPERÁVIT/DÉFICIT |
|------|----------------|---------------|-------------------|
| 2012 | 54.062.062,39 | 43.499.395,99 | 10.562.666,40 |
| 2013 | 63.449.534,03* | 59.651.934,32 | 3.797.599,71 |
| 2014 | 63.458.146,25 | 70.658.631,53 | (7.200.485,28) |

Fonte: Balanços Patrimoniais 2012/2014

OBS: foi deduzido para cálculos de receitas, as transferências relativas a SOEA.

A Receita prevista pelo Crea-RS para o exercício de 2014 foi da ordem de R\$ 74.305.000,00 (setenta e quatro milhões, trezentos e cinco mil reais). O Regional arrecadou o valor de R\$ 63.458.146,25 (sessenta e três milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, cento e quarenta e seis reais e vinte e cinco centavos) e realizou gastos no montante de R\$ 70.658.631,53 (setenta milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e trinta e um reais e cinquenta e três centavos), apresentando um **Déficit Orçamentário** na ordem de R\$ 7.200.485,28 (sete milhões, duzentos mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e vinte e oito centavos).

7.3 - Análise Orçamentária

Conforme análise dos quadros acima, cujos valores foram extraídos do balanço orçamentário/2014, a arrecadação de maior vulto neste exercício foram de Receitas de ARTs no valor de R\$ 32.225.629,36 (trinta e dois milhões, duzentos e vinte e cinco mil, seiscentos e seiscentos e vinte e nove reais e trinta e seis centavos) representando 51,59% (cinquenta e um vírgula cinquenta e nove centésimos por cento) da arrecadação total, e Receitas de Anuidades no valor de R\$ 24.067.845,29 (vinte e quatro milhões, sessenta e sete mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e vinte e nove centavos), representando 37,92% (trinta e sete vírgula noventa e dois por cento) da arrecadação total.

Analisando o quadro de despesas, verificamos que as despesas de custeio são as mais significativas em relação ao total dos gastos. Incluídos nestes custos, estão as Despesas com Pessoal e Encargos, totalizando R\$ 21.932.246,67 (vinte e um milhões, novecentos e trinta e dois mil, duzentos e quarenta e seis reais e sessenta e sete centavos) que representam 31,04% (trinta e um vírgula zero quatro por cento), dos gastos totais no ano.

As despesas com gastos operacionais na ordem de R\$ 21.861.115,68 (vinte e um milhões, oitocentos e sessenta e um mil, cento e quinze reais, e sessenta e oito centavos) representando 30,94% (trinta vírgula noventa e quatro por cento) dos gastos totais.

Os Investimentos do Regional em 2014 foram de R\$ 7.857.563,21 (set milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e sessenta e três reais e vinte e um centavos) que representam 11,12% (onze vírgula doze por cento) dos gastos totais do exercício.

7.3.1 - Resultado do Exercício

Da análise dos quadros acima, verificamos que o Crea-RS, apresentou um quadro deficitário em 2014.

33



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA

Não conformidade 14: Apresentou Déficit Orçamentário no valor de R\$ 7.200.485,28 (sete milhões, duzentos mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e vinte e oito centavos).

Comentários da Administração do Regional:
Comentários da Auditoria do Confea:

7.3.2 - Quadro do Balanço Patrimonial 2014:

| ESPECIFICAÇÃO | VALORES | ESPECIFICAÇÃO | VALORES |
|---------------------------|----------------------|-----------------------------|----------------------|
| ATIVO CIRCULANTE | 18.950.546,86 | PASSIVO CIRCULANTE | 31.683.355,42 |
| Caixa e Equivalentes | 15.937.955,47 | Obrig. Trabalhistas/2014 | 227.106,24 |
| Créditos e Valores CP | - | Fornecedores – R. a Pagar | 10.942,92 |
| Demais Créditos de CP | 3.145.983,58 | Obrig Fiscais de C. Prazo | 765.337,47 |
| Estoques | 406.607,81 | Provisões de C. Prazo | 30.617.282,94* |
| Var. Pat. Diminutivas | - | Demais Obrigações de CP | 62.685,85 |
| ATIVO N/CIRCULANTE | 30.935.817,64 | PASSIVO N/CIRCULANTE | 2.117.288,09 |
| Créditos e Valores de LP | 10.399.473,06 | Fornecedores de L. Prazo | 117.288,09 |
| Inv. Aplicações L Prazo | 377,58 | Provisões de L. Prazo | 2.000.000,00 |
| Dep. Judicial - MÚTUA | 20.535.967,00 | | - |
| ATIVO PERMANENTE | 17.551.494,01 | PATRIMONIO LIQUIDO | 33.637.215,00 |
| Bens Móveis | 12.982.233,60 | Prejuízos Acumulados | 33.637.215,00 |
| Bens Imóveis | 15.779.103,21 | Outros | - |
| Depreciação de Bens | (11.209.842,80) | Outros | - |
| TOTAL GERAL | 67.437.858,51 | TOTAL GERAL | 67.437.858,51 |

Fonte: Balanço Patrimonial 2014:

7.3.3 - Análise financeira.

| | |
|-----------------------------|----------------------------|
| Ativo Financeiro | R\$ 18.950.546,86 |
| Passivo Financeiro | R\$ 31.683.355,42 |
| Resultado Financeiro | R\$ (12.732.808,56) |

Após análise do Balanço Patrimonial/2014 do Crea-RS, foi verificado que este apresentou **Déficit Financeiro**, no montante de R\$ 12.732.808,56 (doze milhões, setecentos e trinta e dois mil, oitocentos e oito reais e trinta e cinquenta e seis centavos), motivado pela falta de recolhimento de Quota Partes com a MUTUA, no valor de R\$ 20.535.967,00 (vinte milhões, quinhentos e trinta e cinco, novecentos e sessenta e sete reais). Cabe aqui salientar que este valor foi depositado judicialmente e indevidamente registrado como pagamento de dívidas, quando deveria ter sido registrado em Depósitos Judiciais, em 02/02/2014, conforme determinação judicial no processo nº 0064173-67.4.01.3400, Memorando CREA-RS nº 124/2014.

Não conformidade 15: Resultado Deficitário Financeiro, no montante de R\$ 12.732.808,56 (doze milhões, setecentos e trinta e dois mil, oitocentos e oito reais e trinta e cinquenta e seis centavos)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA

7.4 - CONTROLE FÍSICO

O Regional vem realizando inventário de seu patrimônio em conformidade com a Lei 4.320/64, art. 96. Em amostragem verificamos que os bens móveis encontram-se devidamente tombados com etiquetas e códigos de barras. Em testes realizados verificamos que os bens encontram-se locados nas unidades indicadas no inventário, demonstrando o controle no patrimônio.

Efetuada o cruzamento do balancete analítico do patrimônio com o balancete contábil verificamos a seguinte inconsistência:

Balancete R\$ 8.796.514,51
Balancete contábil- R\$ 12.982.233,60
Diferença entre contábil e patrimônio – **R\$ 4.185.719,09**

Não conformidade 16: Divergência entre os valores constantes nos Balancete Patrimonial e Contábil referente ao inventário do patrimônio do Crea-RS.

Comentários da Administração do Regional:
Comentários da Auditoria do Confea:

8 – COMPRAS DIRETAS, LICITAÇÕES E CONVÊNIOS

8.1 – Pagamentos a Terceiros

| Proc. | Objeto | N.F. | Valor |
|------------|---|-------------------------------------|----------|
| 201401108 | Aquisição de mobiliário | Apreciatta Ind. Com de Móveis Ltda. | 3.870,00 |
| 2014011072 | Revisão e troca de peças do veículo Honda | Zensul Veículos e Serviços Ltda. | 6.000,00 |
| 2014011071 | Tv Aquisição de aparelho de ar condic. | Refrig. Dufrio Com. e Impot. Ltda. | 2.990,00 |
| 2014011069 | Retirada e colocação de piso | C. Uenze - ME | 6.819,98 |
| 2013019891 | Aplic.154 doses de Vacinas contra Gripe | RRMG Clínica de Vacinas Ltda. ME | 4.928,00 |

8.1.2 – Autuação Processual

O processo administrativo deverá ser formalizado, mesmo nos casos de dispensa e inexigibilidade, isso, para assegurar o cumprimento dos princípios atinentes à licitação e das exigências gerais previstas na Lei nº 8.666/1993, arts. 38, incisos I a XII; 40, inciso VIII, § 1º e 43, §§ 2º e 5º, que prescrevem:

O art. 38: *O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado. Ou seja, o recebimento da autorização do ordenador para a contratação, com a indicação sucinta do objeto e do recurso próprio para a despesa, enseja o início do procedimento licitatório e o cumprimento das exigências formais.*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA

O descumprimento de formalidades do processo licitatório implica em vícios que, dependendo da gravidade, poderão corromper e comprometer o certame, tornando-o nulo e propiciando dúbias interpretações na análise do mesmo.

Cabe ressaltar que esta matéria já foi motivo de recomendações (recomendação nº 25-2 do relatório de auditoria nº 27/2012).

E ainda, os processos de despesa e demais processos administrativos, devem ser autuados (carimbo com nº de processo, folha, matrícula do funcionário e rubrica) frente e verso. Por ocasião da cotação de preços, deve ser juntada aos processos a solicitação de orçamentos, em que consultada a regularidade fiscal, os referidos orçamentos devem compor o “demonstrativo de preços” onde será demonstrada a melhor proposta ao Regional.

As notas fiscais originais, atestadas (no verso da nota ou na frente, desde que não comprometa o teor do documento) ser juntadas ao processo de pagamento, bem como cópia de cheque, ou ordem bancária, devidamente assinada pelo presidente e tesoureiro, ou a quem delegar. O recibo de pagamento ou comprovante de depósito encerra o processo quando então será efetuada a baixa de pagamento com a liquidação da despesa.

As retenções decorrentes dos pagamentos são partes integrantes do processo de despesa, motivo pelo qual também devem ser juntadas no documento de origem.

Nas contratações de empresas cuja atividade econômica principal/secundária tratar de manutenção de equipamentos, recomenda-se verificar a situação destas junto ao CREA-RS, a fim de evitar contratação de empresas irregulares no sistema CONFEA/CREA.

Não conformidade 17: Ausência de formalidades processuais.

Comentários da Administração do Regional:
Comentários da Auditoria do Confea:

Não conformidade 18: Impossibilidade de verificar a correta retenção e recolhimento dos tributos.

Comentários da Administração do Regional:
Comentários da Auditoria do Confea:

16.1.2 – Fracionamento de despesas:

O Conselho vem realizando despesas sem observar o total da dotação da rubrica evidenciando, assim, fracionamento das mesmas, em detrimento a Lei nº 8.666, de 1993, art. 23, § 5º, que “veda o fracionamento de despesa”.

O fracionamento se caracteriza quando se divide a despesa para utilizar modalidade de licitação inferior à recomendada pela legislação para o total da despesa, ou para efetuar contratação direta. Em outras palavras, é vedada a utilização de modalidade inferior de licitação quando o somatório do valor a ser licitado caracterizar modalidade



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA

superior. Por exemplo: convite, quando o valor determinar tomada de preços ou concorrência; ou tomada de preços, quando o valor for de concorrência. Muitas vezes o fracionamento ocorre pela ausência de planejamento do quanto vai ser efetivamente gasto no exercício para a execução de determinada obra, ou a contratação de determinado serviço ou ainda a compra de determinado produto. Logo, não pode o agente público justificar o fracionamento da despesa com várias aquisições ou contratações no mesmo exercício, sob modalidade de licitação inferior àquela exigida para o total da despesa no ano, quando decorrente da falta de planejamento - Acórdão 1386/2005 Segunda Câmara; Acórdão 667/2005 Plenário; Acórdão 82/2005 Plenário, Acórdão 740/2004 Plenário. Acórdão 2528/2003 Primeira Câmara, Acórdão 1025/2003 Plenário, Acórdão 76/2002 Segunda Câmara, Acórdão 165/2001 Plenário e Acórdão 66/1999.

As retenções decorrentes dos pagamentos são partes integrantes dos processos, motivo pelo qual também devem ser juntadas no documento de origem.

Não conformidade 19: Fracionamento de despesas contrariando a legislação vigente.

Comentários do Regional:
Comentários da Auditoria:

Não conformidade 20: Impossibilidade de verificar a correta retenção e recolhimento dos tributos.

Comentários do Regional:
Comentários do Confea:

16.2- Certidões Negativas de Débito

O CREA-RS vem observando a validade das certidões negativas de débitos das empresas para a efetivação dos pagamentos a terceiros.

2- CONVÊNIOS

Da análise do processo 2014041781-14 que trata dos repasses ao Sindicato de Engenheiros-SENGE, nos termos da Resolução nº 1053/2014 do CONFEA foi verificado:

- a) Data de assinatura: 18/09/2014;
- b) Publicação no DOU em 22/10/2014;
- b) Objeto do convênio: Cursos – R\$ 60.000,00; Comunicação- R\$ 110.000,00; Aquisição de softwares: R\$ 20.000,00 e Manutenção predial- R\$ 100.000,00.
- c) Repasses:

| Período/2014 | Data repasse | Valor |
|-----------------|--------------|------------|
| Agosto | 22/09/2014 | 42.979,71 |
| Setembro | 20/10/2014 | 18.345,56 |
| Julho | 20/10/2014 | 28.042,03 |
| Janeiro a junho | 20/10/2014 | 143.614,18 |
| Outubro | 20/11/2014 | 31.719,47 |
| Novembro | 19/01/2015 | 29.314,11 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA

| | |
|-------|------------|
| Total | 294.015,06 |
|-------|------------|

d) Prestação de contas: 28/02/2015.

Não conformidades 21: Repasses de recursos com competências anteriores à assinatura do convênio.

Comentários da Administração do Regional:
Comentários da Auditoria do Confea:

A vigência do convenio é de 12 meses, a partir de 18/09/2014, não podendo a competência dos repasses retroagir a janeiro de 2014.

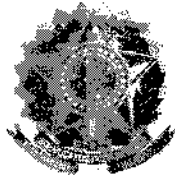
De acordo com a Decisão 586/2002 Segunda Câmara do TCU, “*não devem ser celebrados contratos com a previsão de efeitos financeiros retroativos, contrariando o princípio da legalidade previsto no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993 e decisões desta Corte.*”

Documentos fiscais apresentados na prestação de contas com data anterior à vigência do convênio:

| Documento Fiscal nº | Data | Valor |
|---------------------|------------|-------------------|
| 95163 | 11/02/2014 | 15.970,80 |
| 95245 | 25/02/2014 | 15.079,47 |
| 95492 | 03/04/2014 | 19.963,50 |
| 95567 | 22/04/2014 | 9.540,00 |
| 95490 | 03/04/2014 | 4.280,00 |
| 95671 | 08/05/2014 | 19.963,50 |
| 11500 | 26/05/2014 | 5.963,85 |
| 372 | 03/06/2014 | 16.255,29 |
| 95744 | 27/05/2014 | 12.332,10 |
| 005 | 10/06/2014 | 4.800,00 |
| 95805 | 05/06/2014 | 19.963,50 |
| 95806 | 05/06/2014 | 4.708,00 |
| 95843 | 12/06/2014 | 2.249,50 |
| 01 | 06/07/2014 | 4.383,51 |
| 95807 | 05/06/2014 | 19.963,50 |
| 95808 | 05/06/2014 | 4.280,00 |
| 95958 | 04/07/2014 | 19.963,50 |
| 142 | 20/08/2014 | 3.546,00 |
| Total | | 203.206,02 |

O art. 52 da Portaria interministerial CGU/MF/MP 507/2011, estabelece:

Art. 52 - *O convênio deverá ser executado em estrita observância às cláusulas avençadas e às normas pertinentes, inclusive esta Portaria, sendo vedado:*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA

V - *realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento.* (Grifo nosso)

- Ausência de atesto de recebimento nos comprovantes de despesas apresentados na prestação de contas da entidade, contrariando Lei 4.320/64, arts. 62 e 63 §§ 1º e 2º incisos I, II e III que estabelecem:

Art. 62 - *O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.*

Art. 63 - *A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.*

§ 1º - *Essa verificação tem por fim apurar:*

I - *a origem e o objeto do que se deve pagar;*

II - *a importância exata a pagar;*

III - *a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.*

§ 2º - *A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:*

I - *o contrato, ajuste ou acordo respectivo;*

II - *a nota de empenho;*

III - *os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.* (grifos nosso)

A liquidação refere-se ao dever do gestor conferir e medir a qualidade e conformidade dos bens e/ou serviços adquiridos, A formalização das exigências previstas nos §§ 1º e 2º deve ser feita de forma tal que fique exposto o cumprimento das etapas de verificação e identificado o documento no qual o agente público se embasou para concluir o exame, Laudo de medição, atestado de conformidade, exame de procedência do material, confrontação do descrito na nota de empenho com o material entregue e o descrito na nota fiscal.

- Ausência de recibos e/ou comprovantes de depósitos que comprovem o pagamento dos documentos fiscais apresentados na prestação de contas.

- Ausência de análise quanto ao cumprimento do objeto do convênio.

As folhas 98 e 268 do processo, consta análise da prestação de contas efetuada pela Gerencia de Contabilidade, efetuando diligências junto à entidade para regularização de pendências, demonstrando o acompanhamento da concedente na prestação de contas. A Gerência de Contabilidade conclui sua análise as folhas 444.

Ocorre que a análise da Gerencia Contábil se restringe somente a parte técnica: validade legal do documento, valores legíveis e sem rasuras, assinatura de quem autorizou a despesa e a quitação junto aos credores, não havendo análise quanto ao objeto do convenio, se houve ou não cumprimento para verificação quanto ao êxito ou não, ou de que maneira a entidade contribuiu com ações de fiscalização, valorização e certificação profissional.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA

Ainda sem essa análise, a prestação de contas foi submetida à Comissão de Orçamento e Tomada de Contas, cujo parecer favorável foi aprovado em sessão plenária 1743 de 11 de setembro de 2015.

Não conformidade 22: Ausência de atesto de recebimento nos comprovantes de despesas apresentados na prestação de contas da entidade, contrariando Lei 4.320/64, arts. 62 e 63§§ 1º e 2º incisos I, II e III.

Não conformidade 23: Ausência de recibos e/ou comprovantes de depósitos que comprovem o pagamento dos documentos fiscais apresentados na prestação de contas.

Não conformidade 24: Ausência de análise quanto ao cumprimento do objeto do convênio

Comentários da Administração do Regional:

Comentários da Auditoria do Confea:

.8 - SUPRIMENTO DE FUNDOS

Em análise, por amostragem, dos suprimentos liberados em 2014, verificou-se:

- Processo: S/N

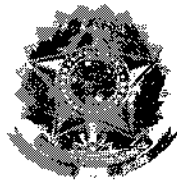
Favorecido: Dane Marcelo da Costa

Data do pagamento: 4 de agosto de 2014, Valor: R\$ 2.500,00

O prazo máximo de utilização do recurso é de 4 de agosto até o dia 03/09/2014, no entanto, foi verificado que na prestação de contas a existências de documentos com datas anteriores e posteriores ao período de utilização:

| Doc | Data | Valor |
|---------|------------|------------|
| 21405 | 16/10/2014 | R\$ 36,00 |
| 21946 | 20/10/2014 | R\$ 14,90 |
| 285640 | 10/10/2014 | R\$ 11,98 |
| 62744 | 16/10/2014 | R\$ 8,80 |
| 62745 | 16/10/2014 | R\$ 88,00 |
| 5963239 | 17/09/2014 | R\$ 80,00 |
| 7539 | 07/07/2014 | R\$ 8,28 |
| 5355 | 08/10/2014 | R\$ 45,00 |
| 4589 | 23/09/2014 | R\$ 10,00 |
| 56707 | 06/10/2014 | R\$ 35,00 |
| 4586 | 22/09/2014 | R\$ 20,00 |
| 150 | 22/09/2014 | R\$ 64,00 |
| 53670 | 01/10/2014 | R\$ 35,00 |
| 56718 | 07/10/2014 | R\$ 35,00 |
| 2762 | 10/10/2014 | R\$ 77,20 |
| 76833 | 01/10/2014 | R\$ 199,00 |
| 21042 | 26/09/2014 | R\$ 84,30 |

| Doc | Data | Valor |
|--------------|------------|---------------------|
| 405 | 21/10/2014 | R\$ 163,00 |
| 4639 | 04/11/2014 | R\$ 17,00 |
| 214687 | 14/11/2014 | R\$ 30,00 |
| 4643 | 12/11/2014 | R\$ 58,00 |
| 4641 | 11/11/2014 | R\$ 10,00 |
| 1358 | 04/11/2014 | R\$ 129,00 |
| 27305 | 06/11/2014 | R\$ 8,09 |
| 54573 | 03/10/2014 | R\$ 10,53 |
| 64550 | 10/10/2014 | R\$ 25,00 |
| 988 | 08/10/2014 | R\$ 30,00 |
| 46 | 20/11/2014 | R\$ 35,00 |
| Total | | R\$ 2.211,80 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA

| | | |
|--------|------------|------------|
| 2638 | 19/09/2014 | R\$ 197,90 |
| 55109 | 11/10/2014 | R\$ 4,50 |
| 31257 | 08/10/2014 | R\$ 97,70 |
| 19605 | 09/10/2014 | R\$ 40,12 |
| 19604 | 09/10/2014 | R\$ 20,00 |
| 72165 | 23/10/2014 | R\$ 62,50 |
| 9263 | 14/10/2014 | R\$ 80,00 |
| 211487 | 21/10/2014 | R\$ 45,00 |
| 38087 | 13/10/2014 | R\$ 119,00 |
| 56888 | 31/10/2014 | R\$ 35,00 |
| 12532 | 31/10/2014 | R\$ 44,00 |
| 173598 | 31/10/2014 | R\$ 44,00 |
| 31528 | 29/10/2014 | R\$ 54,00 |

Para o TCU, nenhum suprimento de fundos poderá ser concedido para aplicação em período superior a 30 (trinta) dias, a contar da data de emissão da nota de empenho.

E ainda, a entrega do numerário em favor do suprido, relativa a suprimento de fundos, será feita em conta corrente e em nome do suprido, aberta especificamente para esse fim, com autorização expressa do ordenador de despesa.

Foi observado que os suprimentos estão registrados em nome da inspetoria, quando deveriam ser em nome do suprido.

O TCU em seu Acórdão 906/2007-1^oC assim se manifestou:

9.4.3. alerte seus servidores supridos para que atentem para a necessidade de os documentos comprobatórios serem emitidos concomitantemente com a execução das despesas e dentro do período fixado para sua aplicação e que glose as despesas para as quais os documentos comprobatórios apresentem datas divergentes daquelas estabelecidas para sua execução, quando das próximas prestações de contas dos suprimentos de fundos."

Sobre as inconformidades apontadas o Tribunal de Contas da União já se pronunciou em vários acórdãos dos quais podemos citar Acórdão 908/2008-2^oC, 283/2007-2^oC e 6584/2009-1^oC.

Não conformidade 25: Utilização dos recursos fora do período de aplicação para o suprimento de fundos.

1.7 – LICITAÇÃO

A Licitação é um procedimento administrativo formal, que visa à contratação de serviços ou aquisição de produtos pelos entes da Administração Pública direta ou indireta. As licitações são reguladas pela lei nº 8666/93, que prescreve diversos procedimentos que têm como meta, além do atendimento aos princípios constitucionais como a legalidade, a isonomia, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência, proporcionar à



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA

Administração a aquisição, a venda ou uma prestação de serviço de forma vantajosa, ou seja, menos onerosa e com melhor qualidade possível.

E, seu art. 3º, § 1º, inciso I, esta Lei assim prescrevem:

Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (grifo nossos)

E ainda, os Arts. 4º, parágrafo único e 8º, Inciso I, do Decreto nº 3.555/2000, que aprovou o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, assim prescrevem:

Art. 4º - A licitação na modalidade de pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas.

Parágrafo único - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

Art. 8º - A fase preparatória do pregão observará as seguintes regras:

1- a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou a realização do fornecimento, devendo estar refletida no termo de referência. (grifos nosso)

PARTE II – GESTÃO E AMBIENTE DE CONTROLES INTERNOS

4. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E PLANEJAMENTO DA GESTÃO

No Crea-RS existe ação planejada na condução da gestão, atendendo os princípios básicos da gestão pública, especialmente o art. 37, caput, da Constituição Federal, o art. 1º da Lei Complementar nº 101/2000, o art. 6º do Decreto-Lei nº 200/1967, o art. 2º, da lei 4.320/64.

Em junho de 2013, o Presidente instituiu por meio de Portaria, o Grupo de Estudos de Controles Internos, que realizou o mapeamento das situações e processos de riscos do Conselho.

O Software de Gestão Estratégica e Gestão de Projetos utilizados pelo Crea-RS contém a documentação completa da formulação estratégica, bem como de todos os projetos do Plano de Gestão 2012-2014. Os Projetos estratégicos bem como o Plano de Gestão são divulgados em eventos internos anuais, nos quais há participação de todos os funcionários.

O planejamento estratégico foi implantado em 2009 e têm-se duas certificações, revisado e formalizado para o período de 2014 a 2018. Foram utilizadas as metodologias BSC



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA

para planejamento estratégico e PMBOX para gestão de projetos, onde mantem-se sempre alinhamento com as práticas de GESPÚBLICA.

O orçamento do Crea, elaborado com base em dados históricos e de acordo com Planejamento Estratégico do Conselho, é divulgado nos níveis estratégicos e táticos, sendo mensalmente apresentados nas reuniões de Diretoria e Plenárias.

O Regional apresentou o relatório de gestão do exercício de 2014 a Controladoria do Confea para reenvio ao TCU, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno.

5. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E GESTÃO DE PESSOAS

Os regulamentos e a gestão de pessoas e da estrutura administrativa do Regional atendem os princípios básicos da gestão pública.

5.1. Gestão de Pessoas

Conforme o PT nº 20 apresentou a seguinte estrutura do quadro de pessoal existente no Crea em 31.12.2014:

| | |
|--|------------|
| 1. Empregados de carreira vinculados ao Crea-RS..... | 181 |
| 2. Empregados requisitados/cedidos de outros Órgãos.. . | 01 |
| 3. Empregados com cargo de comissão..... | 12 |
| 4. Empregados com função gratificada..... | 79 |
| Total geral de empregados em dezembro de 2014.... | 273 |

A remuneração de pessoal e encargos em 2014 foi da ordem de R\$ 21.932.246,67 (vinte e um milhões, novecentos e trinta e dois mil, duzentos e quarenta e seis reais e sessenta e sete centavos), conforme registros contábeis.

Os gastos com pessoal representou 36,95% (trinta e seis vírgula noventa e cinco por cento) da Receita líquida do Regional, no mesmo período do valor e R\$ 59.340.651,30 (cinquenta e nove milhões, trezentos e quarenta mil, seiscentos e cinquenta e um reais e trinta centavos).

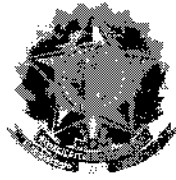
O sistema de controle de frequência é realizado através de relógio eletrônico, estando em pleno funcionamento.

Existe no Regional o Acordo Coletivo de Trabalho, que é um ato jurídico idealizado entre uma Entidade Sindical laboral de uma ou mais empresas e seus empregados.

5.1.1. Plano de Cargos, Carreira e Salários

O Regional instituiu o seu Plano de Cargos, Carreira e Salários, necessitando ser aprovado pelo Plcnário, considerando que houve acréscimos nas despesas com a folha de pagamentos/2014.

43



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA

Analizamos por amostragem, os salários praticados em relação àqueles definidos em seu Plano de Cargos, Carreira e Salários, nos anos de dezembro de 2014, concluindo que estão em acordo com o PCCS.

O Regional procedeu em 2014 à continuidade ao PCCS, idealizando e atualizando o novo PCCS e as tabelas salariais, para se resguardar de futuras demandas trabalhistas, inclusive, com prováveis reclamações trabalhistas.

5.1.1.1. Registro de empregados

A gerência de pessoal do Crea-RS arquiva os documentos de registro e de administração de pessoal em pastas improprias, que são acomodados em pastas suspensas, não existindo um controle efetivo de arquivo de cada documento, (numeração de capa), numeração de páginas internas etc.

A Auditoria do Confea recomenda que seja criado um processo individual para cada empregado/servidor, para cumprir determinação da Lei nº 9.784/1999, Lei que regula a criação de processos administrativos, no âmbito da administração pública

O processo individual de cada empregado/servidor deverá receber nº de capa, de cartolina encorpada, numeração nas páginas internas em ordem crescente de datas, iniciando da folha nº 01, para anexação de documentos necessários tais como: (ficha individual se for o caso, progressão funcional, cursos, diplomas, atualização de tabelas salariais, férias, pagamento de férias, etc).

Não Conformidade 26: Falta de processo individualizado para cada empregado/servidor, para melhor visualização dos documentos anexados.

Comentários da Administração do Regional:

Comentários da Auditoria do Confea:

5.1.2. Férias

Verificamos que o Regional vem observando a legislação vigente sobre concessão de férias, possuindo controle e planejamento, através de escala de férias dos funcionários, e comprova o pagamento das férias.

5.1.3. Plano de Saúde

O Regional dispõe de plano de saúde para os seus empregados, através da Empresa UNIMED Ltda.

5.1.4. Encargos Sociais

Verificamos que o Regional-RS vem realizando corretamente os cálculos de contribuições Previdenciárias, Fundo de Garantia por Tempo de Serviços e PIS/PASEP incidentes sobre a folha salarial, bem como realizando os respectivos recolhimentos dos tributos dentro do prazo legal.

5.1.5. Obrigações Acessórias



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA

Verificamos que o Crea-RS atende a legislação, em consonância com os valores gerados pelo sistema de Folha de Pagamento, quanto à emissão e ao envio das informações referente às obrigações acessórias da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte – DIRF, Relação anual de Informações Sociais – RAIS, Guia do Fundo de Garantia do Tempo de Serviços e Informações à Previdência Social – GFIP e Cadastro de Empregados e Desempregados – CAGED, PPMSO e PPRA.

6. GESTÃO DE SEGURANÇA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Crea-RS possui uma Política de Segurança da Informação (PSI) normatizada através da Portaria nº 220/2008, formalizada no PDTI e atualizada anualmente a partir de 2013, por meio do Procedimento Operacional, atualizado.

O planejamento em PDTI do Crea foi criado através da Decisão da Diretoria.

Este planejamento é divulgado através do Sistema de Gestão da Qualidade, por meio do Boletim Informativo e Portal de Serviços do Crea encaminhado por e-mail.

A entrada de dados de TI é controlada por meio de verificação de edição/login de senha para acesso. Os sistemas estão a disposição do público para verificação. Fisicamente os acessos são restritos ao datacenter.

O monitoramento de acesso aos Sistemas de Informações do CREA-RS é investigado para evitar aparentes violações e executa medidas corretivas e disciplinares através do Sistema de Gestão da Qualidade, de acesso ao Portal e ao Sistema Corporativo, conforme o disposto no controle de dados por versionamento e trilha de auditoria para dados sensíveis, por meio de backups diários.

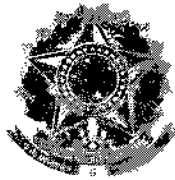
Para o registro dos arquivos o acesso é feito por permissão de grupos até o nível de propriedade. Estas operações são realizadas periodicamente, no ato da realização o backup de dados pelo sistema de autenticação (AD) e permissão.

Os sistemas informatizados próprios do Crea são: solicitação e encaminhamento de carteiras profissionais; fiscalização-GEFISC; solicitação e acompanhamento de carteiras profissionais; gestão de pessoas, gestão documental, gestão financeira e ART. E terceirizados são: gestão contábil, gestão patrimonial, folha de pagamento, compras e licitações, Diárias Passagens, patrimônio.

7. GESTÃO DOCUMENTAL

Os processos administrativos no Crea-RS são formalizados através de Processo Administrativo.

Os processos possuem numero de capa, porém não possui numeração nas páginas internas, em desacordo com a Lei 9.784/1999, que regula o processo administrativo no Âmbito da Administração Pública Federal.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA

Recomendamos que as páginas internas do processo devam ser numeradas e rubricadas sequencialmente, com a inclusão do número de matrícula do servidor que numerou para identificação e comprovação nos casos de juntada de documentos.

Não Conformidade 27: Falha na criação do processo administrativo individual para cada despesa, para melhor visualização dos documentos anexados, e cumprimento da Lei 9.794/1999. O processo deverá ter número de capa, numeração de páginas internas, a partir da folha nº 01 (um), em ordem crescente de datas, e identificação do servidor que o numerou.

Comentários da Administração do Regional:
Comentários da Auditoria do Confea:

8. CONTROLE SOCIAL

8.1. Transparência e acesso à informação

Conforme as novas regras estipuladas pela lei denominada “Lei de Acesso à Informação”, Lei nº 12.527/2011 e seu decreto regulamentador nº 7.724/2012, deverão ser divulgadas as informações, dentre outras, sobre estrutura organizacional:

Menu Principal, Estrutura Organizacional, Planejamento e Gestão, Convênios e Acordos de Cooperação, Gestão Financeira e Orçamentária, Licitações e Contratos, Gestão de Pessoas, Dúvidas Frequentes, Serviços de Informação ao Cidadão, e Mais Informações sobre a Lei de Acesso à Informação. Programas, projetos, ações, obras e atividades, com indicação da unidade responsável, principais metas e resultados e, quando existentes, indicadores de resultado e impacto; repasses ou transferências de recursos financeiros; execução orçamentária e financeira detalhada; respostas a perguntas mais frequentes da sociedade; etc.

8.1.1. Transparência ativa

Em resposta ao questionamento da auditoria quanto a não divulgação de todas as informações especificadas na “Lei de Acesso à Informação” Lei nº 12.527/2011 e seu Decreto regulamentador nº 7.724/2012, o Crea-RS informou que os dados especificados na Lei 12.527/2011 e Decreto 7.724/2012, desde o exercício de 2013 já constam do Portal ABA Acesso a Informação do Regional. As informações podem ser acessadas na guia Gestão e Transparência.

A transparência na GESTÃO é demonstrada por meio das publicações disponibilizadas internamente, na INTRANET, e externamente no INTERNET.

Os canais de comunicação com os diferentes públicos do Conselho são: Revista do Crea-RS, Blog Gespública, Página do Crea-RS nas redes sociais, Jornal, e Ouvidoria Serviços de Informação ao Cidadão-SIC.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA

8.1.2. Transparência passiva

Em resposta ao questionamento da auditoria referente à falta de estruturação do atendimento do cidadão para transparência passiva, o Crea-RS informou que por meio de Portaria específica, está sendo instituído no âmbito do Regional, o “Serviço de Informação do Crea ao Cidadão–SIC”, como forma de atendimento da transparência passiva, inclusive sendo disponibilizados formulários para pedidos de acesso à informação.

A central de informações é a unidade responsável, dentro da estrutura de atendimento, por atender os diversos públicos do Conselho, prestando informações sobre todos os itens.

8.2. OUVIDORIA

A Ouvidoria no Crea-RS foi criada por meio da Portaria nº 77/2008 subordinada à Presidência do Crea, estabelecendo as diretrizes para o atendimento ao profissional, empresa e leigo, através do Portal e Formulário “Fale com a Ouvidoria” e/ou “Fale c/o Presidente”.

O contingente de pessoal da Ouvidoria é formado 01 (um) Ouvidor e 01 (um) atendente, possui sala com 03 (três) mesas individuais, telefones, computadores com Internet, impressoras e armários.

A sua formalização está prevista no Organograma do Crea, anexo ao Plano de Cargos, Carreiras e Salários PCCS que enviou a Superintendência as atividades pertinentes à unidade ao Ouvidor, para inclusão.

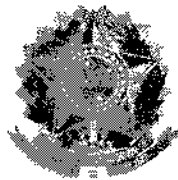
A Assessoria de Ouvidoria recebe e analisa as sugestões e reclamações de profissionais, de empresas, de pessoas leigas e da sociedade, sejam elas pessoalmente, por telefone, e-mail ou por meio da caixa de sugestões. O controle da tramitação das consultas é feito por meio de software, e dos resultados através do Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública – TAG.

Todos os usuários recebem informações sobre encerramento das demandas.

Após análise, a Assessoria registra as manifestações no “Sistema de Ouvidoria”. Posteriormente encaminha o registro via e-mail à Unidade pertinente para providências, que retorna para a Ouvidoria através de planilhas e gráficos elaborados mensalmente.

Quanto aos pedidos de fiscalização, estes são atendidos em até 5 (cinco) dias úteis na cidade de Porto Alegre e no interior do estado, no encerramento do assunto é encaminhada a resposta final, e em caso positivo, preencher o quadro de atendimentos-Exercício.

A atuação da ouvidoria em 2014 está demonstrada da seguinte forma, a saber:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA

8.2.1. Atividade/Atendimentos da Ouvidoria do Crea-RS – exercício de 2014

| Tipo de demandas | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | Total |
|------------------------|------------|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|--------------|
| Reclamação | 33 | 31 | 15 | 12 | 12 | 06 | 07 | 14 | 08 | 12 | 13 | 14 | 177 |
| Consultas | 66 | 39 | 49 | 24 | 25 | 45 | 35 | 29 | 19 | 26 | 39 | 64 | 460 |
| Solicitação | 11 | 63 | 12 | 16 | 14 | 11 | 37 | 20 | 27 | 20 | 17 | 18 | 266 |
| Sugestão | 01 | 03 | 01 | - | 01 | - | - | - | - | 04 | - | 02 | 12 |
| Elogios | 03 | 04 | 01 | - | 01 | 08 | 02 | 01 | 01 | 02 | 02 | 03 | 28 |
| Denúncias | 12 | 11 | 07 | 17 | 10 | 14 | 14 | 21 | 14 | 15 | 13 | 09 | 157 |
| Pedido de Fiscalização | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL GERAL | 126 | 151 | 85 | 69 | 63 | 84 | 95 | 85 | 69 | 79 | 84 | 110 | 1.100 |

Fonte: Papel de trabalho nº 38-B.

8.2.2. Modos de atendimentos por canais de acesso do Crea-RS/2014

| Canais de acesso | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | Total |
|--------------------|------------|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|--------------|
| Internet | 25 | 34 | 26 | 27 | 15 | 15 | 09 | 37 | 18 | 25 | 17 | 22 | 270 |
| Presencial | 04 | 04 | 01 | 03 | 04 | 22 | 01 | 03 | 01 | 05 | 06 | 11 | 65 |
| E-MAIL | 37 | 44 | 21 | 24 | 19 | 25 | 35 | 08 | 14 | 25 | 36 | 32 | 320 |
| Fale c/Presidente | 23 | 28 | 23 | 13 | 16 | 20 | 12 | 14 | 18 | 09 | 12 | 15 | 203 |
| Telefone | 37 | 38 | 14 | 02 | 09 | 02 | 38 | 23 | 18 | 15 | 13 | 30 | 239 |
| Outros/Rede Social | - | 03 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 03 |
| TOTAL GERAL | 126 | 151 | 85 | 69 | 63 | 84 | 95 | 85 | 69 | 79 | 84 | 110 | 1.100 |

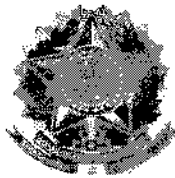
Fonte: Papel de trabalho nº 38-B.

9. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

A auditoria verificou a estrutura do controle interno do Regional, nos diversos níveis da organização, conforme estabelece o artigo 13 do Decreto Lei 200/67.

O Regional possui uma unidade de Controladoria, fazendo parte da estrutura organizacional do Crea, sendo diretamente subordinada à Presidência.

A verificação da integridade, adequação eficiência e efetividade dos controles internos são feitas por meio de auditoria mensal e por amostragem dos processos administrativos, possuindo formulários para os procedimentos (check list).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA

A segregação de função é observada, não havendo colaborador que controla, individualmente, todos os aspectos essenciais de uma transação, atividade ou evento e há rodízio de funcionários das áreas chaves no desempenho das suas funções.

O Regional não possui unidades de Corregedoria e de Auditoria.

A apuração de responsabilidades é realizada via sindicância determinada por meio de Portaria da Presidência do Crea. O Código de Conduta está sendo providenciado pela Comissão de Revisão da Política de Cargos, Salários e Carreira do Crea.

10. CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO CONTROLE INTERNO

Foram realizadas auditorias em 2012 e Auditoria Institucional em 2013, pelo Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ) e pela auditoria do Confea.

11. CONCLUSÃO

Os resultados da auditoria, com base nos procedimentos realizados, abordaram os aspectos requeridos pela legislação aplicável, os normativos internos e as orientações constantes no Plano Anual de Atividades de Auditoria e Controles Internos do Confea para o exercício de 2015.

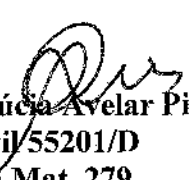
Submete-se o presente relatório à consideração superior para que o mesmo seja encaminhado para manifestação do auditado quanto aos resultados dos trabalhos, sobretudo as não conformidades, de forma a subsidiar a elaboração do Relatório Consolidado de Auditoria.



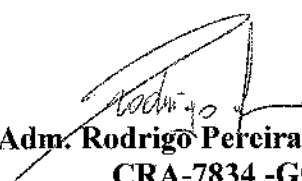
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA

Brasília, 19 de dezembro de 2016.

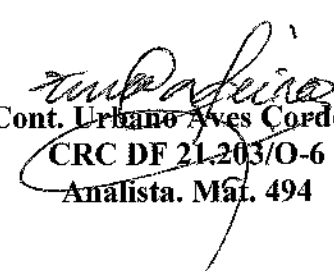
Yona Nazaré Miranda de Macedo
Cont. - CRC/PA 9965-0
Mat.78 – Crea-PA

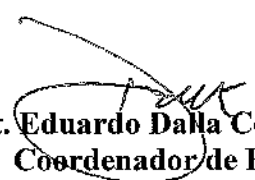

Eng. Águeda Lúcia Avelar Pires
Eng. Civil 55201/D
Analista Mat. 279

Adv. Ílis do Rosário Lopes Guimarães
OAB/DF 6680
Analista - Mat. 039


Adm. Rodrigo Pereira da Rocha
CRA-7834 -GO
Analista - Mat. 717

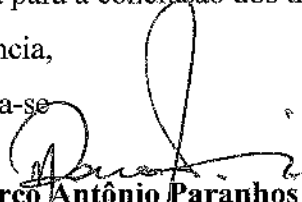
Cont. Sales Luiz Pereira
Cont. - CRC/PA 9965-0
Mat.85040/0-2-Crea-RN


Cont. Urbano Aves Cordeiro
CRC DF 21.203/O-6
Analista. Mat. 494


Cont. Eduardo Dalla Costa Diderot
Coordenador de Equipe
Cont. CRC/DF 012.397/O-7
Analista - mat. 470



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CONFEA

| ENCAMINHAMENTO DO RESPONSÁVEL PELO CONTROLE INTERNO | | |
|--|---|--|
| RELATÓRIO PRELIMINAR DE AUDITORIA | | |
| Relatório: | 037/2016 | |
| Unidade auditada: | CREA-RS | |
| Exercício: | 2014 | |
| Processo: | 0385 /2016 | |
| Tipo: | Ordinária | |
| Escopo: | Auditoria Institucional, Patrimonial, Financeira, Orçamentária, Gestão de Pessoas e Controles Internos. | |
| Unidade executora: | Auditoria - AUDI | |
| DATA | DESTINO | DESPACHO |
| | | <p>Acolho o Relatório Preliminar da auditoria realizada no Crea-RS, referente ao exercício 2014, em atendimento ao Plano Anual de Atividades de Auditoria e Controles Internos do Confea 2015.</p> <p>Encaminhe-se ao Crea-RS para manifestação do seu Gestor sobre o teor do Relatório de Auditoria nº 037/2016, sobretudo quanto às não conformidades, de forma a subsidiar a elaboração do Parecer Conclusivo de Auditoria.</p> <p>O prazo é de 15 dias para apresentação de manifestação formal, por escrito, que deve ser encaminhada à Auditoria-AUDI.</p> <p>Transcorrido o prazo, com ou sem apresentação de manifestação, os autos devem retornar à equipe de auditoria para a conclusão dos trabalhos.</p> <p>Dê ciência, Cumpra-se</p> <p style="text-align: center;"> Marco Antônio Paranhos Gerente de Auditoria</p> |